



UFPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

JOSICLÉIA GOMES DE SOUZA

**O CLÍTICO SE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: construções ambíguas entre
as interpretações passiva e indeterminada**

Recife

2020

JOSICLÉIA GOMES DE SOUZA

**O CLÍTICO SE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: construções ambíguas entre
as interpretações passiva e indeterminada**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Letras.

Área de concentração: Linguística

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Amorim Sibaldo

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Dorothy Bezerra Silva de Brito

Recife

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

JOSICLÉIA GOMES DE SOUZA

**O CLÍTICO SE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: construções ambíguas entre
as interpretações passiva e indeterminada**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Letras da
Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestra em Letras.

Aprovada em: 06/02/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Amorim Sibaldo (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Claudia Roberta Tavares Silva (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Adeilson Pinheiro Sedrins (Examinador Interno)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Àquele que me amou primeiro.

AGRADECIMENTOS

A priori, agradeço a Deus pelo dom da vida, por ter guiado todos os meus passos, por ter chegado ao final dessa trajetória e por todas aquelas que ainda me proporcionará.

Aos meus pais, Reginaldo e Neuma, que mesmo distantes estão sempre me incentivando e aconselhando para que jamais desista do que almejo.

Ao meu filho, Jailton Souza, por ter sido forte e corajoso ao ficarmos “separados” por um tempo.

À Dona Zulmira (bisavó de Jailton), que apesar da idade avançada e da saúde fragilizada vem cuidando dele desde a minha graduação. Principalmente nesse período de mestrado, em que tive que me ausentar fisicamente.

Ao meu esposo, Lucivanio Menezes, que sempre foi muito compreensivo e se dispôs a segurar na minha mão sem cobranças, pelo contrário, com muito apoio e incentivo.

A todos os professores que passaram pela minha trajetória na educação básica, sobretudo os do Normal Médio. Em especial à professora Edjane Matias, que durante um período muito difícil da minha vida se dispôs até mesmo a me oferecer sua casa para que eu conseguisse concluir o segundo grau.

Ao corpo docente do curso de Letras da UFRPE/UAST, por ser uma equipe que trabalha em unidade, por seu excelente profissionalismo, por nos proporcionarem uma formação de qualidade.

À Profa. Dra. Dorothy Brito, por ter me orientado no PIBIC e no trabalho de conclusão de curso da graduação, por me direcionar no meio acadêmico com paciência, dedicação e profissionalismo, e por ter aceitado mais essa empreitada sem hesitar.

Ao Prof. Dr. Adeilson Sedrins e à Profa. Dra. Renata Lúvia, pelas suas contribuições durante toda minha trajetória na Iniciação Científica.

Ao PPGL-UFPE por ofertarem a oportunidade de irmos além do que sonhamos e imaginamos na busca de formação e realização acadêmica.

Ao meu orientador, Marcelo Sibaldo, por se dispor a me orientar e por todo o apoio durante o mestrado.

Aos docentes que compõem o programa, em especial a Júlia Larré e Vicente Massipi, pela primorosa atuação que nos inspira a sermos tão brilhantes quanto eles.

Aos amigos do curso, entre eles Aucilane, Silvana e Fernandes, pela parceria e por tudo que partilhamos.

Ao meu amigo e anfitrião Adeilton Nunes, por ter me recebido em sua casa, por todo o apoio que me deu quando cheguei numa capital quase que totalmente desconhecida.

À minha parceira de jornada, Vanessa Pereira, por dividirmos cada momento da seleção, cada aprovação, cada minuto de ansiedade durante o processo e cada lágrima de contentamento quando saiu o resultado oficial. Por dividirmos o quarto, as noites não dormidas [...]. Duas pessoas com coisas em comum, mas talvez muito mais divergências, contudo, quebramos o horizonte de expectativas daqueles que não acreditavam nessa parceria.

Ao coordenador do curso de Licenciatura em Música da UFPE, ao coordenador do curso de Bacharelado em Agronomia da UAST/UFRPE, aos gestores das escolas Governador Barbosa Lima e Manoel Pereira Lins, por nos receber com presteza e aos alunos que voluntariamente participaram do teste de aceitabilidade.

Ao CNPq pela bolsa de estudos outorgada. Sem esta seria impossível arcar com os custos para me manter a mais de 400 km da minha cidade.

À banca examinadora pela disponibilidade, contribuições e observações sinalizadas que são e serão sempre bem-vindas no amadurecimento da pesquisa científica.

Por fim, agradeço a todos, desde familiares, amigos, técnicos e servidores da UFPE, especificamente aos do CAC, pois, sozinhos nada somos e nada temos. Acredito na parceria e esse momento faz parte de uma parceria tão extensa que não conseguiria citar todos que a compõem.

“Quero estar perto de pessoas que sabem colocar palavras maduras nas minhas frases verdes.” (ABREU, 1990)

RESUMO

No português brasileiro (PB), o clítico SE pode assumir diversas funções, entre elas as funções de apassivador e indeterminador, apresentando, em algumas ocorrências com estas funções, ambiguidade de interpretações. Diante de tal caráter ambíguo, o presente trabalho objetiva analisar a aceitabilidade de falantes nativos do PB diante de sentenças ambíguas com o clítico SE, cuja interpretação poderia ser de uma leitura passiva ou indeterminada. Para tanto, foi elaborado e aplicado um teste de julgamento de aceitabilidade com 30 participantes. 15 do Ensino Médio e 15 do curso de Música da capital pernambucana. O julgamento foi feito a partir da escala Likert via google docs. O experimento foi composto por 10 sentenças experimentais com verbos transitivos diretos e bitransitivos, entre elas sentenças atestadas e, também formuladas. Para cada construção com o SE, foram apresentadas as duas possíveis interpretações e ambas foram julgadas. Partimos das seguintes hipóteses: (i) a posição enclítica do SE favoreceria a interpretação passiva e que (ii) a alta escolaridade também condiciona à leitura passiva. A presente pesquisa tem como referência a Teoria Gerativa, especificamente o quadro da Teoria da Regência e Ligação. Também adotamos os estudos de Chomsky (1986), Galves (1986), Nunes (1990). Através dos resultados, percebemos percentuais aproximados nas interpretações analisadas, contudo, no geral, a interpretação passiva foi a que obteve índices superiores. A nível de escolaridade, os participantes do curso de Música apresentaram percentuais mais elevados em todas as estruturas julgadas, tanto na interpretação passiva quanto na indeterminada. Ainda, identificamos que a posição do clítico em relação ao verbo pode influenciar a interpretação, uma vez que os resultados apontam para a possibilidade de a ênclise favorecer a aceitabilidade da interpretação passiva.

Palavras-chave: Aceitabilidade. Clítico SE. Indeterminação. Passivização.

ABSTRACT

In Brazilian Portuguese (PB), the SE clitic can assume several functions, among them the functions of passive and indeterminate, presenting, in some instances with these functions, ambiguity of interpretations. Faced with such an ambiguous character, the present work aims to analyze the acceptability of native speakers of BP in the face of ambiguous sentences with the SE clitic, whose interpretation could be a passive or indeterminate reading. To this end, an acceptability judgment test with 30 participants was designed and applied. 15 from high school and 15 from the Music course in the capital of Pernambuco. The judgment was made from the Likert scale via google docs. The experiment consisted of 10 experimental sentences with direct and bitransitive transitive verbs, including attested and also formulated sentences. For each construction with the SE, the two possible interpretations were presented and both were judged. We start from the following hypotheses: (i) the enclitic position of the SE would favor passive interpretation and that (ii) high schooling also conditions passive reading. This research has reference to the Generative Theory, specifically the framework of the Theory of Regency and Liaison. We also adopted the studies of Chomsky (1986), Galves (1986), Nunes (1990). Through the results, we perceive approximate percentages in the interpretations analyzed, however, in general, the passive interpretation was the one that obtained higher indexes. In terms of education, the participants of the Music course had higher percentages in all the structures judged, both in passive and indeterminate interpretation. Still, we identified that the position of the clitic in relation to the verb can influence the interpretation, since the results point to the possibility that the enclisis favors the acceptability of the passive interpretation.

Keywords: Acceptability. Clitic IF. Indetermination. Enclesis. Passivation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema do processo das influências do processo de aprendizagem da escrita para a fala.....	33
Figura 2 - Escala Likert de 5 pontos.....	61
Figura 3 - Print da legenda da escala de aceitabilidade.....	67
Figura 4 - Print de como a escala aparece no teste de aceitabilidade.....	67
Figura 5 - Edição “frevo mulher” galo da madrugada.....	68
Figura 6 - Visão parcial da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).....	70
Figura 7 - Frente parcial da Escola Governador Barbosa Lima.....	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Posição e discordância por período de tempo.....	43
Gráfico 2 - Resultados da passiva da sentença 1.....	78
Gráfico 3 - Resultados da interpretação indeterminada da sentença 1.....	79
Gráfico 4 - Resultados da passiva da sentença 2.....	80
Gráfico 5 - Resultado da indeterminada da sentença 2.....	80
Gráfico 6 - Resultados da passiva da sentença 3.....	81
Gráfico 7 - Resultados da interpretação indeterminada da sentença 3.....	82
Gráfico 8 - Resultados da interpretação passiva da sentença 4.....	83
Gráfico 9 - Resultados da interpretação indeterminada sentença 4.....	83
Gráfico 10 - Resultados interpretação passiva da sentença 5.....	84
Gráfico 11 - Resultados da interpretação indeterminada da sentença 5.....	85
Gráfico 12 - Resultados da interpretação passiva da sentença 6.....	86
Gráfico 13 - Resultados da interpretação indeterminada da sentença 6.....	86
Gráfico 14 - Resultados da interpretação passiva da sentença 7.....	87
Gráfico 15 - Resultados da interpretação indeterminada da sentença 7.....	88
Gráfico 16 - Resultados da interpretação passiva da sentença 8.....	89
Gráfico 17 - Resultados da interpretação indeterminada da sentença 8.....	89
Gráfico 18 - Resultados da interpretação passiva da sentença 9.....	90
Gráfico 19 - Resultados da interpretação indeterminada da sentença 9.....	91
Gráfico 20 - Resultados da interpretação passiva da sentença 10.....	92
Gráfico 21 - Resultados da interpretação indeterminada da sentença 10.....	92
Gráfico 22 - Quantificação geral.....	93
Gráfico 23 - Resultados do SE enclítico.....	95
Gráfico 24 - Resultados do SE proclítico.....	95
Gráfico 25 - Diferenças de percentuais entre a ênclise e a próclise na passiva....	96
Gráfico 26 - Diferenças de percentuais entre a ênclise e a próclise na indeterminada.....	97
Gráfico 27 - Distribuição dos resultados da posição pré-verbal.....	99
Gráfico 28 - Distribuição dos resultados da posição pós-verbal.....	100
Gráfico 29 - Resultados da interpretação passiva do EM e ES.....	101
Gráfico 30 - Resultados da interpretação indeterminada do EM e ES.....	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais ideias da GT sobre o SE apassivador e indeterminador.....	25
Quadro 2 - Principais ideias da Gramática Gerativa sobre o apassivador e indeterminador.....	29
Quadro 3 - Sentenças experimentais atestadas.....	63
Quadro 4 - Sentenças experimentais formuladas.....	63
Quadro 5 - Sentenças distratoras utilizadas no experimento.....	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de SE em cada banco de dados.....	34
Tabela 2 - Posição do SE por banco de dados.....	35
Tabela 3 - Discordância entre verbo e argumento interno por período de tempo.....	42
Tabela 4 - Discordância verbal em relação à posição de argumento interno.....	43
Tabela 5 - percentual de aplicação e não-aplicação de CV em diferentes variedades do PB.....	44
Tabela 6 - Resultados por concordância.....	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC	Acusativo
AC	Ausência de concordância verbal
AgrP	Sintagma
AdvP	Sintagma adverbial do inglês (<i>Adverbial phrase</i>)
AE	Argumento Externo
AI	Argumento Interno
APL	Aplicação
CAC	Centro de Artes e Comunicação
CCS	Centro de Ciências Sociais
CEDAE	Centro de Documentação Alexandre Eulálio
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
Compl	Complemento
CP	Sintagma Complementizador do inglês (<i>complementizer phrase</i>)
CV	Concordância Verbal
Det	Determinante
DP	Sintagma Determinante do inglês (<i>determiner phrase</i>)
DS	Estrutura Profunda do inglês (deep structure)
EM	Ensino Médio
ES	Ensino Superior
FNs	Formas Nominais
GER	Gerúndio
GU	Gramática
GT	Gramática Tradicional
IND	Indeterminação
INF	Infinitivo
IP	Sintagma Flexional do inglês (<i>flexional phrase</i>)
LF	Forma Lógica do inglês (<i>logical form</i>)
L1	Língua Materna
L2	Segunda Língua
NegP	Sintagma Negativo do inglês (<i>negative phrase</i>)
NOM	Nominativo

PC	Presença de concordância verbal
PB	Português Brasileiro
PE	Português Europeu
PF	Forma Fonética do inglês (<i>phonetic form</i>)
PM	Português Médio
PP	Sintagma Preposicional do inglês (<i>prepositional phrase</i>)
PPE	Princípio de Projeção Estendida
PRO	Próclise
REFL	Reflexivo
SC	<i>Small Cause</i>
SN	Sintagma Nominal (<i>nominal phrase</i>)
Spec	Especificador
SS	Estrutura Profunda do inglês (<i>surface structure</i>)
TOT	Total
UFPE	Universidade Federal Pernambuco
UPE	Universidade de Pernambuco
V	Verbo
VI	Verbo Intransitivo
VP	Sintagma Verbal do inglês (<i>verbal phrase</i>)
VTI	Verbo Transitivo Indireto
3PP	Terceira Pessoa do Plural
3PS	Terceira Pessoa do Singular

LISTA DE SÍMBOLOS

- ∅ Morfema zero
- * Agramaticalidade
- ? Aceitabilidade duvidosa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
1.1	REVISÃO DA LITERATURA DO CLÍTICO SE E DOS FENÔMENOS CONDICIONANTES.....	21
1.2	O CLÍTICO SE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	22
1.3	O SE APASSIVADOR E INDETERMINADOR NA GT.....	23
1.4	O SE APASSIVADOR E INDETERMINADOR PELO VIÉS LINGUÍSTICO.....	27
1.5	TESTES DE AMBIGUIDADE DE INTERPRETAÇÃO.....	30
1.6	AQUISIÇÃO DO SE INDETERMINADO E APASSIVADOR: PROPOSTA DE SILVA (2017).....	33
1.7	A ALTERNÂNCIA DA PRÓCLISE E DA ÊNCLISE.....	36
1.7.1	A proposta de Antonelli (2007).....	36
1.7.2	A proposta de Martins (2003).....	39
1.8	CONCORDÂNCIA VERBAL.....	41
1.8.1	A proposta de Nunes (1990).....	42
1.8.2	A proposta de Rubio (2010).....	44
2	PRESSUPOSTOS DA TEORIA GERATIVA.....	47
2.1	TEORIA TEMÁTICA.....	48
2.2	TEORIA X-BARRA.....	52
2.3	TEORIA DE CASO.....	57
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	60
3.1	JULGAMENTO DE ACEITABILIDADE.....	60
3.1.1	Elaboração.....	62
3.1.2	Participantes.....	66
3.1.3	Aplicação.....	66
3.2	CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO CULTURAL DOS INFORMANTES.....	68
3.2.1	Recife-PE.....	68
3.2.1.1	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.....	69
3.2.1.2	Licenciatura em Música.....	70
3.2.1.3	Escola Governador Barbosa Lima.....	71
4	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	72

4.1	ANÁLISE LINGUÍSTICA DAS SENTENÇAS EXPERIMENTAIS.....	72
4.1.1	Análise das sentenças experimentais formuladas.....	72
4.1.2	Análise das sentenças experimentais atestadas.....	73
4.2	ANÁLISE QUANTITATIVA POR SENTENÇAS.....	77
4.2.1	Sentença 1.....	78
4.2.2	Sentença 2.....	79
4.2.3	Sentença 3.....	81
4.2.4	Sentença 4.....	82
4.2.5	Sentença 5.....	84
4.2.6	Sentença 6.....	85
4.2.7	Sentença 7.....	87
4.2.8	Sentença 8.....	88
4.2.9	Sentença 9.....	91
4.3	ANÁLISE ESTATÍSTICA DE POSSÍVEIS CONDICIONANTES.....	94
4.3.1	Posição do SE em relação ao verbo.....	94
4.3.2	Concordância verbal.....	97
4.3.3	Posição do argumento.....	99
4.3.4	Escolaridade.....	100
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
	REFERÊNCIAS.....	106
	APÊNDICE A – TESTE DE ACEITABILIDADE.....	110

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva descrever e analisar construções em que o clítico SE apresenta uma leitura ambígua em relação às funções de SE apassivador e SE indeterminador. Mais especificamente, pretendemos investigar, através da formulação e aplicação de testes de julgamento de aceitabilidade, se há uma preferência na interpretação dessas estruturas por parte do falante e, dados os julgamentos, se algo na estrutura (posição do clítico, concordância verbal, posição do argumento) estaria condicionando essa interpretação. Também pretendemos revisar os critérios utilizados e estabelecidos pela gramática tradicional para classificar as sentenças em que ocorrem o SE com função de apassivador e indeterminador do sujeito, e compará-los com os critérios apontados por Nunes (1990) e Galves (1986).

O SE indeterminador, segundo Carneiro (2010, p.192) nunca poderá ser classificado como sujeito, uma vez que se originou de um pronome que, em latim, não pode ser usado no caso nominativo: “Se, em português, nunca pode ser sujeito, porque provém de pronome latino que não tem forma nominativa. Nas expressões: *Pode-se cair deste muro – Ama-se a Deus – Não se pense que se é sujeito*. Indica que o sujeito é indeterminado”. Observem os exemplos abaixo:

(1) *Vindo-se a esta Escola, sente-se uma serenidade agradabilíssima – morre-se de medo.*

Podemos deduzir que o SE tem função de indeterminar o sujeito, pois a posição de sujeito não foi preenchida. Há alguém que vem à escola, há alguém que sente tal serenidade, há alguém que morre de medo, contudo a referência desse sujeito não foi definida.

Nunes (1990) refuta a “ambivalência nominativo/acusativo [à] possibilidade de o clítico receber caso nominativo: é demasiado desconexa a ideia de que um clítico morfologicamente marcado como forma acusativa possa receber caso nominativo”. O autor traz em sua pesquisa exemplos e argumentos para a afirmação citada, como os seguintes:

(2) *alugam-se casas.*

(3) *aluga-se casas.*

A ausência de concordância em (3) leva a crer que não há atribuição de nominativo ao SN *casas*. Esse fato poderia ser explicado admitindo-se que o clítico pudesse também absorver caso nominativo e que o SN posposto ao verbo recebesse acusativo. Dessa forma, em (2) temos o SE com a função de apassivador e em (3) de indeterminador.

Por sua vez, estudos realizados por nós através do PIBIC-UFRPE/CNPq, com vigência no período de 2014 a 2017, mostraram que os critérios apontados pela GT não são suficientes para a classificação do SE como apassivador ou indeterminador. Os critérios prescritos por Sarmiento (2005, p. 478-479) e Bechara (2009, p. 212) são: para o SE indeterminado, o clítico acompanha verbos intransitivos, transitivos indiretos ou de ligação, e o verbo deve estar no singular. Já o SE apassivador é determinado pelo verbo transitivo direto na terceira pessoa, com sujeito na voz passiva sintética, mais objeto direto; e a concordância de número entre verbo e sujeito. Dessa forma, o morfema de plural do verbo empregado numa sentença, de acordo com a GT, determina se a sentença é correta ou incorreta.

Sabendo que a GT apenas prescreve o certo e o errado da língua, conseqüentemente, não dá conta de todas as formas de seu uso. Nesse sentido, nos debruçamos a analisar como o SE é usado na escrita do PB. Identificamos ambigüidade em sentenças com o clítico, ou seja, sentenças em que o SE apresentava características de apassivador e de indeterminador ao mesmo tempo. A sentença (4), retirada do *corpus* montado por nós, a partir da seleção de sentenças em que o SE aparecia em jornais produzidos e em circulação no sertão pernambucano, ilustra essa problemática:

(4) *Antes produzia-se 250 mil litros de leite por dia, hoje já produz 180 mil litros por dia.*

A sentença acima traz características de passiva, segundo alguns critérios da gramática tradicional. Apresenta verbo transitivo direto e ainda poderia ser confirmada a leitura passiva através do teste de transformação da sentença passiva sintética em passiva analítica como em (5):

(5) Antes eram produzidos 250 mil litros de leite por dia, hoje já produz 180 mil litros por dia.

Embora apresente essas características de passiva, é possível fazermos uma leitura indeterminada da sentença. Ainda podemos perceber essa indeterminação que o SE carrega na própria retomada nula na sentença seguinte: *hoje já produz 180 mil litros por dia.*

Esta dissertação pesquisará a natureza dessa ambiguidade e, para tanto, será organizada da seguinte forma: Nesta seção I, apresentamos alguns conceitos-chave que serão explorados em nossa análise, que será norteadada pela versão minimalista da Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1986). Na seção II, discutiremos questões relacionadas ao SE apassivador e indeterminador, tanto pelo viés da GT quanto a partir da concepção de linguistas como Nunes (1990), Scherre (2005), Galves (1986) entre outros.

Na subseção III, apresentamos o que é o teste de aceitabilidade, como foi formulado e aplicado, quem foram os participantes e o contexto sócio-histórico em que estão inseridos. Na subseção IV, mostramos os resultados da análise sintática e quantitativa do experimento. Na sequência, apresentamos as considerações finais, em seguida, as referências e, por fim, apresentaremos o apêndice com o teste de aceitabilidade aplicado com colaboradores.

1.1 REVISÃO DA LITERATURA DO CLÍTICO SE E DOS FENÔMENOS CONDICIONANTES

Esta seção foi dividida em 4 subseções. A primeira fará um breve percurso apresentando desde a origem do clítico SE ao seu processo de evolução. O SE apassivador pelo viés da GT, da linguística e alguns testes de ambiguidade de interpretação. A segunda, traz a proposta da aquisição do clítico. A terceira, versa sobre as posições que o SE ocupa na sentença, e a última apresenta alguns estudos que apontam que a concordância verbal pode influenciar os fenômenos da língua.

1.2 O CLÍTICO SE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Embora o objetivo do presente estudo não seja de caráter diacrônico, faz-se necessário apresentar a origem e percurso evolutivo do fenômeno, uma vez que acreditamos que a ambiguidade de interpretação em construções com SE possa partir desse processo.

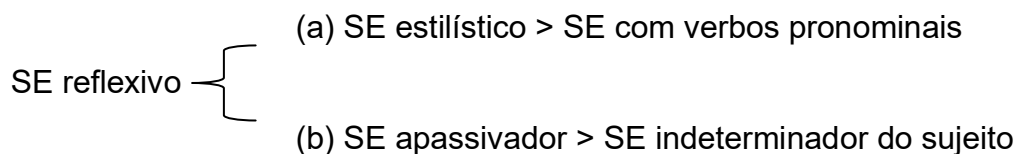
O filólogo Aguiar (1942) realizou uma das primeiras análises diacrônicas que aponta as origens das diferentes funções que hoje o SE desempenha no português. Em sua proposta, são descritos 05 estágios evolutivos por que passou a partícula SE do latim ao português. O primeiro remonta ao latim e caracteriza-se pelo valor reflexivo da partícula, como em *o homem cortou-se*. De acordo com Aguiar, são sentenças reflexivas que envolvem tanto uma leitura ativa, quanto uma passiva.

O estágio 02 corresponde ao da fixação da forma passiva, isto é, já que essa leitura “impressiona” mais do que a ativa, ela se firma a partir das construções reflexivas, como em *fritam-se os ovos* (*os ovos são fritos* ou *os ovos se fritam*, mas não *os ovos se fritam a si mesmos*). O estágio 03 seria acarretado devido à indefinição de agente em frases como *comem-se os bolos*, o que levaria a partícula SE a ser interpretada como elemento de indeterminação do sujeito (nessa análise associado ao agente).

Os estágios 04 e 05 são aqueles em que o pronome desempenha a função de indeterminador do agente em verbos intransitivos e transitivos, caracterizando assim uma extensão do uso da indeterminação do agente com verbos intransitivos (como em *trabalha-se muito aqui* – estágio 04) e transitivos (como em *vende-se casas* – estágio 05). Em resumo, a proposta de Aguiar (1942) é a de uma evolução que parte de um momento em que a única leitura possível é a reflexiva até chegar a uma etapa em que todas as ocorrências de SE são interpretadas com a leitura indeterminada, passando por um momento intermediário em que o sentido dominante é o passivo.

Ainda sobre a evolução da partícula SE, Vitral (2006, p.116) aponta dois percursos de inovação do SE reflexivo: o primeiro gerou o emprego com verbos intransitivos, que é o SE estilístico, formando posteriormente o SE pronominal, e o segundo percurso gerou o SE apassivador e, a partir deste, o SE indeterminador do sujeito.

Vejamos no esquema os dois percursos do SE reflexivo:



Segundo o autor, o percurso (a), que engloba o SE estilístico e pronominal, ainda carrega a reflexividade, compreendendo assim que o SE reflexivo foi duplicado, mas que não perdeu sua semântica, como podemos perceber quando Vitral (2006) diz:

A intuição dos gramáticos é então que o SE estilístico e o SE que aparece com os verbos pronominais, embora não (ou não mais) claramente reflexivo, tem ainda uma incidência semântica sobre o sujeito da oração, o que deve ser visto como um resíduo da reflexividade desse pronome, que possivelmente vigorou outrora. (VITRAL, 2006, p. 117)

No percurso (b), “desapareceu por completo sua ideia de reflexividade do SE que, de forma inequívoca, assumiu funções sintáticas distanciadas de seu uso inicial como anafórico” (VITRAL, 2006, p. 117).

Como resultado desta “descendência” comum do SE apassivador e indeterminador, podemos inferir de onde partem questões de diferenciação ou ambiguidade, uma vez que, em determinados usos, a sentença com clítico SE apresenta traços de indeterminação e de passivização ao mesmo tempo.

1.3 O SE APASSIVADOR E INDETERMINADOR NA GT

Algumas GTs apontam que a partícula SE apassivadora é determinada pelo verbo transitivo direto na terceira pessoa com sujeito na voz passiva sintética + objeto direto, e o verbo concordando com o sujeito. No exemplo temos: *aprovou-se o candidato* (o verbo *aprovar* + o clítico SE = a voz passiva sindética e o objeto direto *o candidato* = sujeito paciente). Outro critério da gramática tradicional para confirmar se o SE tem a função de apassivador é a mudança de voz. Da passiva sindética para a analítica sem que haja perda no valor semântico. Vejamos:

- (6) a. Aprovou-se o candidato.
 b. O candidato foi aprovado.

Como podemos ver, embora as sentenças em (6a) estejam na voz passiva sintética e em (6b) na voz passiva analítica, ambas carregam o mesmo valor semântico e, sendo assim, por critérios da GT, podemos identificar o uso do SE como apassivador na sentença apresentada.

Quanto ao SE indeterminador, Bechara aponta que, mesmo combinado com verbos transitivos diretos, pode ser classificado como índice de indeterminação do sujeito, atendendo ao processo evolutivo da língua:

O se como índice de indeterminação de sujeito primitivamente exclusivo em combinação com verbos não acompanhados de objeto direto, estendeu seu papel aos transitivos diretos (onde a interpretação passiva passa a ter uma interpretação indeterminada: Vendem-se casas “Alguém tem casas para vender”) e de ligação (É-se feliz). A passagem deste emprego da passiva à indeterminação levou o falante a não mais fazer concordância, pois o que era sujeito passou a ser entendido como objeto direto, função que não leva a exigir o acordo do verbo. Vendem-se casas (= ‘casas são vendidas’) Vendem-se casas (= ‘alguém tem casa para vender’) Vende-se casas. (BECHARA, 2011, p. 212)

Além de Bechara, a gramática de Sarmiento (2005) faz uma breve explanação sobre o fenômeno. Afirma que o SE acompanha o verbo intransitivo (VI) ou transitivo indireto (VTI) para indicar indeterminação, como nos casos:

(7) Acredita-se em duendes e fantasmas.

↓ ↓
 VTI IND

(8) Trabalha-se até nos feriados, quando necessário.

↓ ↓
 VI IND

Os critérios postulados por Sarmiento são basicamente os que aparecem nas GTs que abordam o assunto, apenas Bechara faz menção ao fenômeno como uma suposta evolução da língua, sem também explorar com afinco sua tese. Contudo, já é um passo importante, pois sua reflexão vai na direção oposta à tradicional. Para ele, é tudo indeterminação do sujeito.

Partindo dos pressupostos dos dois gramáticos, podemos afirmar que o

pronome SE, quando indetermina o sujeito de um determinado verbo – intransitivo, transitivo indireto ou de ligação e, na visão de Bechara, verbo transitivo direto – pode ser classificado como sujeito indeterminado.

O quadro 1 apresenta um resumo das principais ideias de autores de GTs sobre a natureza do SE apassivador que dialogam entre si, pois observa que apenas a de Bechara apresenta informações que os outros gramáticos não mencionam. Como a animacidade do sujeito, por exemplo.

Quadro 1 - Principais ideias da GT sobre o SE apassivador e indeterminador

Autor	Função	Características
Bechara (2009)	apassivador	Essa interpretação passiva depende apenas do significado lexical do verbo transitivo direto, uma vez que essa interpretação prevalece ainda nas orações cujo sujeito não é inanimado e, portanto, passível de executar a ação verbal.
Cunha & Cintra (2001)	apassivador	O verbo (transitivos diretos ou transitivos diretos e indiretos) concorda em número e pessoa com o sujeito da oração.
Cipro Neto & Infante (2003)	apassivador	Sentenças com verbos transitivos diretos e verbos transitivos diretos e indiretos.
Bechara (2009)	indeterminador	Estendeu seu papel aos transitivos diretos onde a interpretação passiva passa a ter uma interpretação indeterminada.
Rocha Lima (1994)	indeterminador	Verbo na 3ª pessoa do singular acompanhado da partícula se desde que o verbo seja intransitivo ou traga complemento preposicional.
Cipro Neto & Infante (2003)	indeterminador	Construções com se são permitidas apenas com verbos que não apresentam complemento direto (verbos intransitivos, transitivos indiretos e de ligação)

Fonte: Silva, 2017, p.49 (adaptada)

Como esperado, as ideias apresentadas pelos gramáticos não se distanciam, nem para as características do SE apassivador, nem tampouco do indeterminador, uma vez que trata-se de autores de GTs. Entretanto, Bechara (2009), vai além do que Cunha & Cintra (2001), Cipro Neto & Infante (2003) e outros ao introduzir a questão da animacidade do sujeito, apontando que a interpretação passiva com o SE prevalece nas orações com sujeito + animado.

As gramáticas de Bechara começaram a classificar o SE indeterminador diante de sentenças com verbos transitivos diretos a partir de 2009. Mas Rocha Lima (1994) e Cipro e Neto Infante (2003) se restringem as características canônicas, geralmente apresentadas nas GTs que abordam o fenômeno.

Conforme veremos na discussão seguinte, e na subseção dos fenômenos na Gramática Gerativa, podemos inferir que o quadro apresentado é incoerente, uma vez que a GT não dá conta das formas de uso da língua, já que sua função se restringe a prescrever apenas o padrão formal da língua, exceto Bechara por apresentar avanço em relação às GTs.

Para sustentar essa tese, nos apoiamos em Luft (1979), Scherre (2005), Possenti (2013) e Moreno (2003). Assim como Bechara (2009), Luft (1979) já teceu comentário afirmando que: seria mais adequado considerar tais estruturas como ativas, uma vez que corresponde ao sentimento do falante, como se usa na fala espontânea (*concerta-se calçados*) e que a flexão plural do verbo no padrão culto escrito pode ser explicada como mera servidão gramatical ou por atração.

Scherre (2005, p.87) traz o exemplo o qual intitula seu livro: *doa-se lindos filhotes de poodle*, entre outros. Além de afirmar que há uma falsa concordância em *doam-se lindos filhotes de poodle*, pontua que a ausência na estrutura anterior se dá “pelo fato de o falante/escritor nativo não interpretar filhotes como sujeito e sim como objeto direto” e este não rege concordância.

Seguindo estes postulados, a autora contesta a legitimidade da passiva sindética, tais como: “*analisa-se dados*” ou “*analizam-se dados*” – não é passiva sindética; é, sim, uma estrutura ativa de sujeito indeterminado, semelhante a outras estruturas irmãs do tipo: *precisa-se de reforma agrária* e *vive-se bem nesta terra.*” (SCHERRE. 2005, p.87)

No comentário de Scherre, percebe-se que as duas estruturas são consideradas impessoais, diferentemente de alguns autores, os quais julgam impessoais apenas quando há ausência de concordância.

Outros autores, tais como Moreno (2003) e Possenti (2003), também contestam a passiva sindética, inclusive afirmando que deveria ser extinta. Contudo, mesmo considerando o processo de variação e mudança da língua, um fenômeno linguístico não deve desaparecer caso ainda apresente grandes marcas que o sustentam.

Para Moreno (2003), “é só nesse mundo fictício que a passiva sintética sobrevive”. Possenti (2003) faz alguns questionamentos, como: “Não seria mais óbvio dizer que é uma oração com sujeito indeterminado, ora com um objeto direto típico, ora com um preposicionado? É possível que a mesma forma ora seja passiva, ora indeterminada?” Em seguida coloca a ‘possibilidade’ de extinção do

SE apassivador. “haveria um SE a menos (o apassivador desapareceria), seria analisado como um marcador de indeterminação do sujeito, como em *precisa-se de livros*”.

Embora estudos venham atestando essa mudança ou, para alguns, variação, neste trabalho, não tomamos partido para exclusão da passiva sindética para legitimar o uso do SE indeterminada com verbos transitivos diretos, pois é notório os traços tanto de um fenômeno quanto do outro. Por isso, tratamos a problemática como um fenômeno ambíguo. Para a análise também adotaremos os pressupostos apresentados nas subseções seguintes.

1.4 O SE APASSIVADOR E INDETERMINADOR PELO VIÉS LINGUÍSTICO

Para Carneiro (2010), o pronome (apassivador) SE e o verbo ser + particípio são os meios de que dispomos para construir a passividade com verbos transitivos diretos. O SE é apassivador quando a forma verbal em que aparece pode ser substituída pelo verbo *ser* seguida de particípio passado do verbo que exprime a ação. Pode ser expresso o sujeito por palavra substantiva ou por um pronome. O verbo deve ser transitivo direto.

Fica claro que o agente só pode ser expresso se a voz passiva for participial. Por exemplo:

- (9) a. *Casas foram vendidas pela agência.*
 b. Vendem-se casas (* pela agência).

Carneiro (2010) e Bechara (2009) chamam a atenção para a natureza do sujeito. Se este for animado, o pronome SE deixa de ser apassivador e se torna objeto direto. Por exemplo:

- (10) Compram-se espingardas = *espingardas são compradas (se apassivador).*
 (11) Alugam-se homens para ganharem a vida (se = objeto direto e homens = sujeito)

Na proposta do autor, o SE no exemplo (11) não é apassivador, porque ele

detematiza o argumento externo que apesar de não ser nomeado, sabe-se que se trata de um sujeito + animado.

Falando sobre o SE apassivador, Kury (1973) diz:

Se o paciente de uma ação na voz ativa (objeto direto) representa um ser inanimado (incapaz, portanto, de praticar a ação expressa pelo verbo), e o agente é, [...], indeterminado, nossa língua possui, além da voz passiva com auxiliar, outra construção passiva mais sintética, em que à forma do verbo na voz ativa se acrescenta, para indicar passividade, o pronome se. (KURY, 1973, p, 44)

O SE, como discutido acima, apresenta função e distribuição diferentes do SE reflexivo. Enquanto no primeiro caso o sujeito não é foneticamente realizado, no segundo, o SE torna o sujeito recipiente da ação praticada.

Para o SE indeterminador, os linguistas Duarte, Kato e Barbosa (2001) postulam que em (12), denominada indeterminada, é, segundo Naro (1976), diacronicamente posterior a (13), denominada passiva pronominal, e começa a aparecer no século XVI. Ainda segundo Naro (1976) *apud* (Nunes, 1990), a construção indeterminada surgiu da passiva pronominal, sem a concordância, e começa a suplantá-la no PB a partir do século XIX. Nunes (1990) data igualmente do mesmo período o aparecimento no PB de estruturas sem o SE, como em (14):

(12) Vendem-se casas

(13) Vende-se casas

(14) Vende casas

(15) Se vende casas

Conforme as hipóteses dos autores, temos três formas de indeterminação o sujeito de uma sentença. Como estas dos exemplos acima: o sujeito é indeterminado por não haver concordância (13), pelo apagamento do clítico SE (14) e ainda poderíamos ter outro tipo de construção permitido do PB, que é usando o SE em posição proclítica ao verbo sem concordância (15).

Dentre outros autores que se debruçam a estudar os fenômenos, o quadro 2

aponta as ideias de Galves (1986), Nunes (1990) e Melo (2012).

Quadro 2 - Principais ideias da Gramática Gerativa sobre o apassivador e indeterminador

Autor	Função	Características
Galves (1986)	apassivador	O clítico realizaria o papel temático de argumento externo e o SN posposto ao verbo, de argumento interno.
Nunes (1990)	apassivador	Absorve o papel temático e caso acusativo do argumento externo, e é ligado por um elo de cadeia temática que envolve o argumento interno, indeterminando a referência do argumento externo.
Galves (1986)	indeterminador	As sentenças apresentariam uma cadeia que receberia papel temático de argumento interno e caso nominativo, e se seria coindexado com AGR, tornando <i>PRO</i> sujeito de uma anáfora pronominal.
Nunes (1990)	indeterminador	Esse clítico só tem necessidade de satisfazer seus traços [+an, -pro] e, portanto, é ligado por um pronome referencial nulo, portador do papel temático do argumento externo e de caso nominativo, configurando uma relação anafórico-pronominal de referência indeterminada.
Melo (2012)	indeterminador	É um argumento, recebe papel temático e ocupa a posição de sujeito, com traços [+humano], [3ª pessoa], [+clítico], [+nominativo] e [-definido].

Fonte: Silva, 2017, p.68 (adaptada)

As características dos fenômenos apontadas pelos autores no quadro 2 apresentam certa harmonia, ao tratar da Teoria de Regência e Ligação, pois as ideias dos autores não se contradizem, mas se complementam. No geral, quando o SE apresenta função de apassivador, este recebe papel temático e caso de argumento externo. Contudo, Nunes (1990) complementa pontuando que este argumento envolve um elo da cadeia temática e, por isso, indetermina a referência do argumento externo. As ideias de Galves e Nunes também se complementam ao tratarem do clítico como pronome referencial. Mas, Melo (2012) já coloca o SE indeterminador como um argumento que ocupa a posição de sujeito.

Diante das ideias expostas e discutidas, tanto na subseção da GT quanto nesta, adotaremos como norte de análise deste trabalho as abordagens de Galves (1986) e Nunes (1990), pois são coerentes com a Teoria de Regência e Ligação e pertinentes para entendermos como os fenômenos se comportam na língua.

1.5 TESTES DE AMBIGUIDADE DE INTERPRETAÇÃO

No PB há algumas formas e variações de ambiguidade, entre elas a lexical e estrutural, como interesses específicos de cada área do campo linguístico. Entretanto, nos limitaremos à ambiguidade presente nas estruturas com o SE apassivador. Ambiguidade esta de nível de interpretação, ou seja, uma sentença que permite tanto uma interpretação passiva quanto indeterminada.

Este tópico traz alguns testes de constituintes, a fim de atestarmos o caráter ambíguo das construções com o clítico SE classificado como apassivador, de acordo com o que a GT prescreve.

No primeiro teste, tencionamos verificar uma interpretação indeterminada tanto na passiva analítica quanto na sindética, além de mostrar que mesmo havendo outros tipos de alterações estruturais, essa interpretação não se perde.

Interpretação indeterminada na estrutura passiva:

(16) a- *Escova-se cabelos.*

b- *Cabelos são escovados*

c- *[Alguém] escova cabelos.*

d- ? *Cabelos, [alguém] escova.*

e- **Escova [alguém] cabelos.*

Em 16 a e b, temos a voz passiva sindética e a analítica, sendo que, em a) a interpretação indeterminada é admitida pela ausência de concordância e em b), assim como em a), temos uma ação executada, mas não temos um agente explícito. Ou seja, sabemos que alguém realizou a ação de escovar, contudo não se sabe quem. Temos entre parênteses indicando explicitamente que há alguém que executou tal atividade, entretanto esse alguém não pode ser nomeado. Já nas estruturas com SE indeterminado “canônico” é possível termos tal interpretação, mas o fenômeno não admite mudança de voz, logo não é permitido uma passiva analítica.

(17) a- *Precisa-se de livros.*

b- **Livros são precisados.*

A sentença (17b) indica esta impossibilidade de mudança de voz de estruturas com o SE indeterminado, legitimado pela gramática tradicional, por isso o asterisco indicando a agramaticalidade. No PB é possível o falante utilizar (17a) [*precisa-se de livros*], porém, (17b) [*livros são precisados*] não é uma construção adequada.

Interpretação indeterminada na passiva analítica sem agente explícito:

As passivas analíticas também podem apresentar interpretação ambígua, se, somente se, não vierem acompanhadas de agente da passiva, ao realizarmos a mudança de voz, este agente passaria a ocupar a posição de sujeito. Como ocorre em (18a) e (18b) também conhecidas como passivas pessoais.

(18) a- *Os livros foram lidos pelos alunos.*

b- *Os alunos leram os livros.*

c- *Os livros foram lidos.*

d- *lê-se livros.*

Contudo, ao focar em estruturas passivas com ausência de agente da passiva, percebe-se que nesse tipo de construção também ocorre a ambiguidade, como em (18c) e (18d). Nas sentenças [*os livros foram lidos*] e [*lê-se livros*], apesar de haver mudança na voz, ambas carregam a mesma carga semântica e ambígua, pois ambas são estruturas passivas, mas sem sujeito ativo preciso.

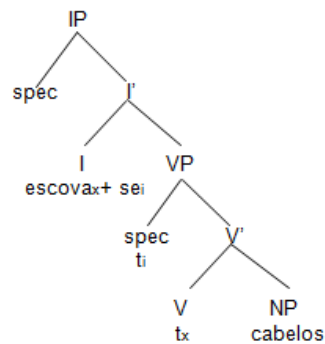
Para o SE apassivador ser extinto e substituído pelo indeterminador, acredita-se que ambos deveriam ter os mesmos critérios de classificação e os mesmos traços. Algo que por hora não acontece, pois para serem fenômenos distintos deveriam apresentar algumas particularidades e não as possuem. Entre elas, está a questão da mudança de voz entre as passivas. Algo que não pode ocorrer com estruturas com o SE indeterminado canônico.

O objetivo desse teste foi mostrar que a ambiguidade só é possível nas estruturas com o SE passivo. No nível estrutural não é possível ser desfeita, mesmo fazendo alteração de constituintes ou mudança de voz.

Só seria possível desfazer a ambiguidade na representação arbórea se tratasse de ambiguidade estrutural, pois para a ambiguidade entre o SE passivo e indeterminador ainda não temos possibilidade de ser desfeita. Na árvore, tanto o

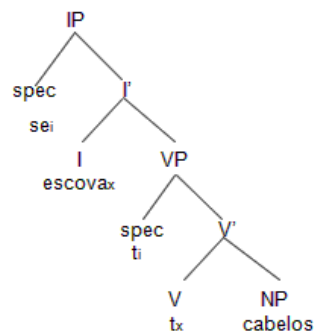
SE passivo quanto o indeterminador, ocupam a mesma posição que é destinada aos clítics, após os movimentos necessários se amalgamam ao verbo, passando a ocupar a posição de núcleo de I.

(19)



Embora dispomos de uma nova proposta que postula que “é impossível que dois elementos fortes como dois sintagmas - o verbo e o clítico pronominal do PB - possam ocupar um mesmo núcleo na sentença.” Guilherme (2012, p.79), baseado em Abaurre e Galves (2002), partem do princípio de que os clítics são “fortes”, por isso não devem se mover como núcleos, passando a se moverem como sintagma. Partindo destes pressupostos teríamos a seguinte representação:

(20)



As árvores (19) e (20) ilustram apenas a posição que o SE e os demais clítics podem ocupar na estrutura arbórea. Mas em ambas a ambiguidade permanece. Diante das duas possibilidades apresentadas, iremos considerar Guilherme (2012), assumindo o SE como núcleo, logo não poderá se mover para o núcleo de I.

1.6 AQUISIÇÃO DO SE INDETERMINADO E APASSIVADOR: PROPOSTA DE SILVA (2017)

A proposta de pesquisa desenvolvida por Silva (2017) mostrou-se pertinente ao nosso estudo, pois a autora afirma que a escolaridade é a peça chave para a aquisição dos fenômenos, e esta variável será analisada na seção III.

A pesquisa da autora objetivou investigar como se dá a aquisição do clítico SE no PB. Para tanto, a autora analisou dados de um *corpus* composto por 4 *corpora* com dados de fala e escrita que contemplam as quatro etapas do esquema abaixo:

Figura 1 - Esquema do processo das influências do processo de aprendizagem da escrita para a fala



Fonte: (Silva, 2017, p. 17)

Para ilustrar a Fala¹, foram analisados dados cedidos pelo CEDAE (Centro de Documentação Alexandre Eulálio) de falas de 12 crianças de 1 a 5 anos, classe média, filhas de pais universitários, coletados através de gravações de áudios e *videotape*. Os da Escrita¹ são dados de redação infantil de 1º ao 4º ano, retirados do projeto “A relevância teórica dos dados singulares no processo de aquisição da linguagem escrita”, cujo desenvolvimento se deu entre os anos de 1992 e 2004. Já os dados para a verificação da Escrita² foram retirados do banco de dados da Comissão Permanente para Vestibulares sobre as provas de redação do vestibular da Unicamp. Ainda para essa etapa, foram coletados dados do caderno de política da Folha de São Paulo das décadas de 1980 e 2000. Quanto aos dados da Fala², o *corpus* é composto por diálogos pertencentes ao Projeto NURC/SP (Norma Urbana Culta – São Paulo).

A hipótese da autora fundamenta-se na proposta de Kato (1990), na qual afirma que a língua escrita ensinada na escola é distante da língua falada no PB,

assemelhando-se ao resultado da aprendizagem de uma L2. Desse modo, Silva (2017) trata a aquisição dos fenômenos como um processo de aprendizagem de uma L2 que se dá via instruções.

Em resumo, Silva (2017) defende que o SE apassivador e indeterminador é um fóssil linguístico recuperado pela instituição escolar e sua aquisição só é possível quando o processo de aquisição da gramática escolar, enquanto L2 se completa. A autora adota também a proposta de Kato (2000), que propõe que o conhecimento interno de um falante escolarizado envolve duas gramáticas: a gramática nuclear, adquirida naturalmente; e a gramática periférica, adquirida na escola pautada nas normas da GT. Portanto, o conhecimento linguístico de um falante letrado do PB é construído por uma gramática nuclear e uma periférica.

Os resultados dessa pesquisa apontam que a hipótese de Silva (2017) se confirma. Tanto o SE apassivador quanto o indeterminador tem presença inexpressiva nos dados do CEDAE (Fala¹) e das redações infantis (Escrita¹), ao passo que os grupos que correspondem a escolaridade mais elevada mostram resultados significativos, indicando que a aquisição dos fenômenos parece depender exclusivamente do processo de escolarização. Como podemos observar na tabela 1.

Tabela 1 - Quantidade de SE em cada banco de dados

	CEDAE	Redações Infantis	COMVEST	NURC	Folha de São Paulo	Total	%
Indeterminador	N	2	16	114	533	205	870 45.86%
	%	0.23%	2%	13%	61%	24%	
Apassivador	N	0	4	52	44	60	160 8.43%
	%	0.00%	2.50%	32.50%	27.50%	37.50%	

Fonte: Silva (2017, p. 83 adaptada)

Os resultados do SE indeterminador no grupo do CEDAE correspondem apenas a 2 ocorrências, e do apassivador do mesmo grupo não temos nenhuma, já no grupo das redações infantis, termo definido pela autora, já temos um aumento. Para o indeterminador, temos 16 e para o apassivador 4. Os percentuais vão aumentando conforme a escolaridade que cada grupo representa, mostrando uma interação significativa entre faixa etária e tipo de SE, uma vez que a aquisição do SE depende da escolaridade, conseqüentemente depende da idade do falante.

Os dados também apontam um percentual total bem mais significativo nas ocorrências do SE indeterminador, com 45,86%, enquanto o apassivador obteve 8,43%. Esses resultados não apontam necessariamente que o indeterminador é adquirido primeiro do que o apassivador, mas pode evidenciar a questão do processo de reanálise sintática que faz com que o se indeterminador substitua parcialmente o apassivador no PB.

Dentre algumas variáveis internas consideradas determinantes para o uso de SE apassivador e indeterminador, destacamos os resultados da posição do SE em relação ao verbo analisado por Silva (2017). Seus resultados são os que seguem na tabela 2:

Tabela 2 - Posição do SE por banco de dados

Tipo do SE		Pré-verbal	Pós-verbal	Mesóclise	Total	%
CEDAE	N	20	4	0	24	1.54%
	%	83.33%	16.67%	0.00%		
Redações Infantis	N	36	24	0	60	3.85%
	%	60.00%	40.00%	0.00%		
COMVEST	N	58	202	1	261	16.76%
	%	22.22%	77.39%	0.38%		
NURC	N	525	230	0	755	16.76%
	%	201.15%	88.12%	0.00%		
FOLHA DE SP	N	72	384	1	457	16.76%
	%	27.59%	147.13%	0.38%		
Total	N	711	844	2	1557	100.00%
	%	45.66%	54.21%	0.13%		

Fonte: (Silva, 2017, p.101)

Nota-se que a forma enclítica é mais recorrente em relação a proclítica, pois obteve 54,21% dos dados, além de também indicar que a ênclise está ligada a escolarização. Nos dados de aquisição, o uso do clítico após o verbo, segundo a autora, corresponde a sentenças cristalizadas, ora por uma cantiga infantil, ora por literatura infantil. Como nos seguintes exemplos:

(21) *Dona Chica ca ca admirou se se.* (CEDAE)

(22) *Cabou-se a história.* (CEDAE)

Nos resultados dos grupos dos primeiros anos escolares o SE proclítico aparece com maior frequência em construções do tipo:

Lavou as mãos e foi se embora. (redação infantil)

A criança começa a usar o SE nessa posição mesmo sem ter aprendido segmentar as palavras de acordo com a norma escrita. Entretanto, ao final da escolarização, a ênclise aumenta e as ocorrências praticamente dobram em relação ao uso da próclise.

Silva (2017) concluiu afirmando que a aquisição do SE apassivador e indeterminador no PB foi verificada apenas a conclusão de 12 anos de escolarização. E, por não se tratar de uma aquisição natural, a aquisição dos fenômenos acontece tal qual a de uma L2 e passa a compor a gramática periférica acionada em contextos de fala monitorada ou de escrita formal. Além da posição enclítica também ter se mostrado uma forte influência nos resultados das redações de maior escolaridade.

1.7 A ALTERNÂNCIA DA PRÓCLISE E DA ÊNCLISE

Tendo em vista que esta pesquisa terá como suporte a Teoria Gerativa, é de suma importância trazer um recorte de trabalhos de pesquisadores da área sobre os fenômenos em estudo. Partindo desse pressuposto, traremos a proposta de Martins (2003), o qual se debruça a explicar o caráter morfológico e sintático do fenômeno, e Antonelli (2007) além de mostrar as posições que podem ser ocupadas pelo clítico aponta alguns contextos sintáticos para os clíticos em geral e 6 contextos que condicionam a alternância das posições enclíticas e proclíticas.

1.7.1 A proposta de Antonelli (2007)

Antonelli faz uma discussão sobre o sujeito pré-verbal e a função que o SE exerce na sentença, a partir dos estudos de Galves & Sousa (2005) e Raposo & Uriagereka (1996), em que os pesquisadores definem a estrutura da sentença em ativa e passiva e mostram argumentos que sustentam suas afirmações, como é apresentado nos parágrafos seguintes, em um breve resumo.

A hipótese de Galves & Sousa de que o uso de sentenças com SE passivo

seria o fator responsável pela correlação registrada entre a ênclise e o SE no português médio (PM) constrói-se, especificamente, sobre o pressuposto de que o sujeito pré-verbal de sentenças dessa natureza ocuparia uma posição externa à oração, como é defendido em Raposo & Uriagereka (1996) para o PE. No que se segue, será apresentado um resumo da discussão realizada no artigo de Raposo & Uriagereka, reportada por Antonelli (2007), e como suas conclusões referentes a posição do sujeito de sentenças com SE passivo em posição pré-verbal poderiam explicar o efeito do clítico SE na gramática do período anterior ao do PE, como assim é sugerido no trabalho de Galves & Sousa (2005).

Tradicionalmente, nos estudos gerativistas, construções envolvendo o pronome clítico SE, como as que são apresentadas em (43), com concordância entre o verbo transitivo e o argumento interno (AI) plural, são classificadas de passivas, e tecnicamente designadas de *passivas pronominais*.

- (23) a. Ontem compraram-se [AI *demasiadas salsichas*].
 b. [AI *Essas salsichas*] compraram-se ontem.

(RAPOSO & URIAGEREKA, 1996, ex. 1).

O SE é considerado passivo, pois se comporta como um morfema passivo: absorve Caso Acusativo, detematiza a posição de sujeito e o DP argumento interno recebe Caso Nominativo ou porque está ligado à posição de sujeito (23a) ou porque ocupa a posição de sujeito como em (23b). Por conta disso, o DP argumento interno desse tipo de construção é chamado de *sujeito da passiva*.

Antonelli (2007, p.7), analisa os contextos de alternância entre ênclise e próclise e o clítico SE, afirmando que a colocação enclítica “é obrigatória em orações independentes, cujo verbo é instanciado como o primeiro constituinte absoluto da sentença”, o que é exemplificado em (24):

- (24) Julga-vos as obras, julga-vos as palavras. (Antônio Viera, 1608)

Já a próclise “é registrada como a colocação categórica sempre que o verbo é imediatamente precedido por constituintes quantificados, focalizados ou certos advérbios modais” (Antonelli, 2007, p.8).

(25) *Todos me tratam como a desfavorecida.* (Francisco Manoel de Melo, 1608)

Após apresentar alguns contextos de alternância para os clíticos em geral, Antonelli apresenta os contextos sintáticos com o SE. O pesquisador aponta 6 contextos, a saber:

1) Sujeito da passiva - verbo (Z-V)¹

(26) *As coisas definem-se pela essência [...]* (Antônio Viera, 1608)

2) Sujeito não-passivo- verbo (S-V)

(27) *O major salvou-se com muito trabalho [...]* (Diogo do Couto, 1542)

3) Advérbio – verbo (Adv-V)

(28) *Finalmente considera-se um cadáver agonizante [...]* (Matias Aires, 1705)

4) Sintagma preposicional – verbo (PP-V)

(29) *Pelo temporal do convento matava-se pouco, ainda que não tinha descuido.* (Luis de Souza, 1556)

5) Oração dependente fronteada – verbo

(30) *Quando não se pode negar o ajuste, nega-se-lhe o sentido.* (Matias Aires, 1705)

6) Oração coordenada V1

(31) *Estes primeiros autores não se devem ler correndo, como muitos fazem; mas devem-se ler e reler atentissimamente [...]* (Luis Verney, 1713).

Antonelli ainda mostra em seus resultados o uso de tópicos contrastivos em

¹ A letra “Z” é usada para representar o sujeito da passiva com o SE, e a letra “S” para representar o sujeito de sentenças com o SE não-passivo. Trata-se de um empréstimo feito por Antonelli da terminologia feita por Maria Clara Paixão e Souza Silva Cavalcanti na classificação das sentenças com SE da base de dados do o Corpus Histórico Anotado do Português – O Corpus Tycho Brahe (CTB).

contextos sintáticos com o SE, como em (32):

(33) *No tempo da paz pode-se sofrer, que se deem os lugares às gerações; mas no tempo da guerra, não se hão-de dar senão as acções.*

O autor afirma que essa correção depende do tipo de texto que pode ou não favorecer o uso do SE, e são em textos de carácter indeterminado que “faz-se utilização em maior quantidade de recurso estilístico que cria as condições necessárias para o desencadeamento da ênclise” (ANTONELLI, 2007, p.106).

Ademais, as contribuições do autor são pertinentes para nossa análise, tanto linguística quanto quantitativa dos fenômenos, uma vez que tanto a posição do clítico quanto outros contextos sintáticos serão controlados a fim de verificarmos se tais variáveis condicionam a interpretação passiva e a impessoal.

1.7.2 A proposta de Martins (2003)

Baseado em Galves (2001), Nunes (1990) e Câmara Jr. (1972), Martins (2003) adota a ideia de que a próclise é um fenômeno sintático e a ênclise um fenômeno resultante de um processo morfológico. Enfatiza que muitos autores defendem que a ordem entre o verbo e o clítico decorre “de um movimento independente do verbo para a posição mais alta, motivada, ou bloqueada, por razões sintáticas.” Martins (1997) hipotetiza que os clíticos sofreram um processo de morfologização, sendo morfemas prefixais adjungidos ao verbo.

Martins (2003, p.44) defende que “a ênclise no PB corresponde a uma adjunção do verbo com o clítico na estrutura lexical, sem qualquer aplicação de regras de movimento na sintaxe.”

Estruturas com o SE, que não apresentam aplicação de concordância entre o verbo e o argumento externo e o SE está acompanhado de verbo transitivo direto, o clítico assume a função de indeterminação. Sobre esse tipo de estrutura Martins traz os exemplos seguintes:

(34) *Questionam-se verdades.*

(35) *Questiona-se verdades.*

O autor explica que em (34) o SE absorve papel temático do argumento interno e caso acusativo e o DP *casas* Caso nominativo. Já em (35), o SE detematiza apenas a posição de sujeito. Desse modo, assumi aqui que o SE indeterminador não tem valor referencial. Essa posição é ocupada por um pronome nulo referencial que absorve o Caso nominativo, enquanto o argumento interno recebe Caso acusativo. Ou seja, não é o SE por si só que tem valor referencial, mas o pronome nulo que ocupa a posição de sujeito que foi detematizada pelo clítico.

Para Martins (2003, p.49), o SE é inserido como um amálgama diretamente na estrutura sintática, de modo que pode ser interpretado como “um morfema inserido no nível do léxico diretamente no verbo”. Portanto, “não permite a realização fonética de um elemento na posição de sujeito de uma estrutura”.

(36) **Maria vive-se.*

(37) **Maria_i lava-se_x.*

A agramaticalidade das sentenças acima é atestada, justamente por ferir esse princípio mencionado acima pelo autor. Em (37) se tivéssemos uma leitura reflexiva, a estrutura era gramatical. No entanto, não temos essa leitura pelo fato de SE não está vinculado à *Maria* pelo processo de anáfora, ou seja, não está ligado a *Maria* como em (38).

(38) *Maria_i lava-se_i.*

Com isso, o que Martins (2003, p.50) quer argumentar é que: “quando temos um verbo acrescido de um morfema SE indeterminador, tem-se uma construção com propriedades acusativas de modo que a estrutura argumental seleciona apenas um argumento: o interno.”

Em resumo, o autor finaliza sua proposta destacando os seguintes pontos:

- (i) O SE passou por um processo de reanálise resultante na possibilidade de o SE passivador passar a ser interpretado como indeterminado em estruturas que apresentem ausência de concordância entre o verbo e o

DP pós verbal;

- (ii) Ancorados numa interpretação morfológica da ênclise, o SE indeterminador é um morfema amalgamado ao verbo;
- (iii) Possuem a morfologia passiva, possibilitando a omissão do sujeito agentivo da grade temática dos intransitivos.

Tomaremos como base de análise a proposta de Nunes (1990) e as contribuições de Martins (2003) discutidas nesta subseção, tendo em vista que o autor traz grande contribuição acerca do SE embasada com as Teorias Gerativistas já apresentadas.

Esta subseção apresentou as duas posições mais ocupadas pelos clíticos, especificamente o clítico em análise, bem como propostas sintáticas e morfológicas que discutem a relação desse clítico com o verbo e seu argumento interno. A seguinte subseção discutirá a questão da concordância verbal mencionada outrora.

1.8 CONCORDÂNCIA VERBAL

Sabendo do caráter dinâmico e evolutivo do PB, bem com as variações e mudanças pelas quais a língua vem passando ao longo do tempo, objetivamos, nesta seção, fazer um apanhado de cunho geral sobre o fenômeno da concordância. Uma vez que vem se mostrando um influenciador da ambiguidade em construções com o SE apassivador e indeterminador, além de estar sendo atestado certo declínio em sua aplicação.

Estudos como o de Nunes (1990), por exemplo, vêm apontando para o enfraquecimento de concordância no PB em diversos contextos linguísticos, envolvendo também outros fenômenos que não serão apresentados neste estudo, pois, nos deteremos aos estudos que analisam o fenômeno em contextos passivos pronominais.

A seção foi dividida em duas subseções: a primeira versa sobre a proposta de Nunes (1990) que faz um mapeamento diacrônico da discordância verbal das passivas pronominais com um *corpus* composto por 1113 sentenças de um recorte de tempo que engloba do século XVI ao século XX; a segunda apresenta a

proposta de Rubio (2010), a qual faz um levantamento de outros trabalhos sobre o fenômeno da concordância em outras variedades do PB.

1.8.1 A proposta de Nunes (1990)

Em sua proposta, Nunes destaca alguns contextos como possíveis influenciadores da não aplicação de CV. Desses contextos, mostraremos os resultados obtidos nos seguintes: entre verbo e argumento interno, posição do argumento e período de tempo. A tabela abaixo expõe os resultados percentuais e absolutos por período de tempo.

Tabela 3 - Discordância entre verbo e argumento interno por período de tempo

PERÍODO DE TEMPO	APL	TOT	%
SÉC XVI	0	8	0
SÉC XVII	2	16	13
SÉC XVIII	30	154	19
SÉC XIX	16	26	62
SÉC XX	21	25	84
TOTAL	69	229	30

Fonte: Nunes (1990, p.76)

Vemos que, somente nos resultados do século XVI não há nenhum registro de aplicação de concordância. Nota-se ainda que a partir do século XVII os percentuais começam a subir gradativamente, uma vez que os índices de discordância sobem, a concordância vai “perdendo terreno”. No século XX temos 84%, percentual quase que aproximado dos 100%.

Analisando apenas os resultados por posição do argumento interno, Nunes (1990) obteve as seguintes informações:

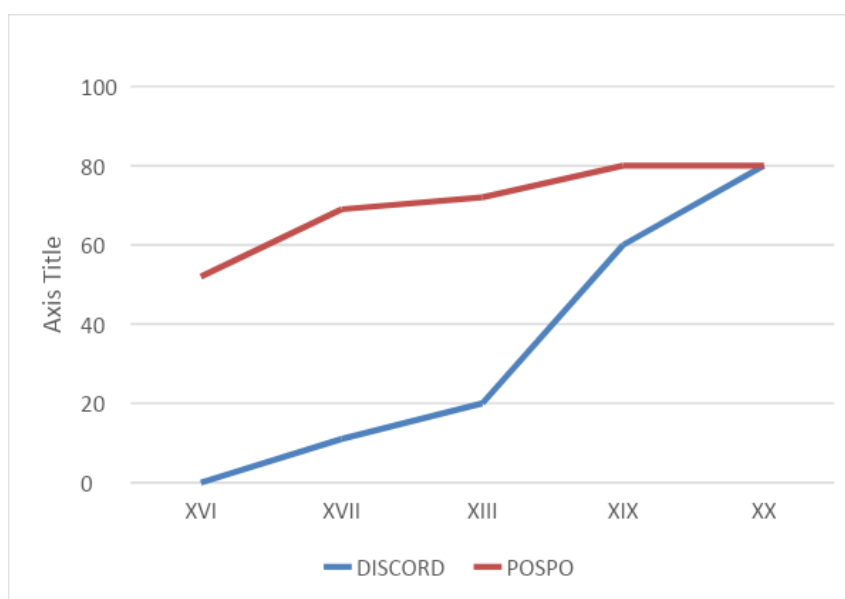
Tabela 4 - Discordância verbal em relação à posição de argumento interno

POSIÇÃO	APL	TOT	%
ANTEPOSTO	9	53	17
POSPOSTO	49	144	34
TOTAL	58	197	29

Fonte: Nunes (1990, p.79)

Os dados do autor atestam que a não aplicação de CV ocorre em ambas as posições que o argumento ocupe. Embora apontem um quantitativo mais relevante na discordância em contextos em que o argumento interno ocupa a posição posposta ao verbo. Esse contexto obteve 34% contra 17% da posição anteposta, ou seja, quando o argumento interno está posposto ao verbo temos o dobro da posição inversa.

Para analisar os resultados de posposição por período de tempo e, nas palavras de Nunes (1990, p.92), para deixar “transparente a íntima relação entre discordância e posposição do argumento interno”, o linguista apresenta a seguinte representação gráfica:

Gráfico1 - Posição e discordância por período de tempo

Fonte: Nunes (1990, p.82)

É evidente que essa relação entre discordância e posposição vai se dando ao longo dos séculos até aparecerem “de mãos dadas” no século XX. Com isso, Nunes aponta que “a discordância motiva a posposição, que motiva a discordância. Vemos no gráfico 1 que esta também motiva a posposição do clítico.

1.8.2 A proposta de Rubio (2010)

Rubio (2010) faz um levantamento dos resultados de estudos de outros autores, bem como de outras variedades do PB, como ilustra a tabela a seguir:

Tabela 5 - percentual de aplicação e não-aplicação de CV em diferentes variedades do PB

BRASIL	Rio Branco (RODRIGUES, 1997)	Rio de Janeiro (SCHERRE, NARO, 1998)	Florianópolis – SC (MONGUILHOTT, COELHO, 2002)	Bahia (SILVA, LUCHESI, 2006)	SJRP – SP (RUBIO, 2008)
Presença de CV	58%	73%	79%	16%	70%
Ausência de CV	42%	27%	21%	84%	30%

Fonte: Rubio (2010, p.605) (adaptada)

Com base nos dados apresentados na tabela, o autor justifica a semelhança entre os percentuais e os resultados de Scherre, Naro (1998) e Rubio (2008). Tal semelhança se deve ao fato de os informantes pertencerem a uma estratificação social semelhante. Já a disparidade apresentada nos resultados de Luchesi (2006), de uma comunidade afro-brasileira isolada, comunidade esta com sua estratificação social prejudicada, por, ainda conforme destaca Rubio (2010), nula escolarização de quase todos os membros. Como visto, o número de aplicação de CV é bem inferior aos resultados dos demais estudos, ao passo que na ausência de CV o percentual dispara em relação aos outros.

Em resumo, os dados apontam para uma oscilação da não aplicação de CV ao longo do tempo. Ora os percentuais aparecem mais elevados ora menos. Como nos resultados de 1997, com 42%. No ano seguinte, embora sejam de outra comunidade de fala, o percentual cai para 27% e em 2008 sobe para 30%. Apesar de, possivelmente indicarem tal oscilação, seria mais plausível atestar essa variação se tivéssemos um estudo diacrônico com a mesma comunidade de fala.

A variação de concordância no português não é algo novo, como é atestado em Silva (2005), através de sua investigação sobre a variação da concordância verbal na primeira fase do período arcaico da língua portuguesa (século XIII ao XIV), a partir de um *corpus* constituído por textos literários e não-literários (oficiais, particulares e institucionais). Seus resultados apontam que a variação no português arcaico, assim como no português contemporâneo não é aleatória ou até mesmo considerada “erro”, e sim, motivada por fatores de ordem semântica, sintática e morfo-fônica, além de fatores extralinguísticos.

Outro aspecto pertinente para essa pesquisa, mencionado nos resultados do autor é a influência do parâmetro *pro-drop*. Nas palavras de Silva (2005, p.99): “Enquanto que sujeitos realizados desfavorecem a aplicação da regra, sujeitos não realizados tendem a influir na explicitação de marcas de plural no verbo.” Ou, seja, observou certa necessidade de recuperar o sujeito ausente através das marcas formais.

Além desse fator condicionante, o pesquisador ainda aponta outras variáveis: tipo de verbo, saliência fônica, posição do sujeito em relação ao verbo, caracterização semântica do sujeito, tipo de texto, realização do sujeito. O autor ainda aponta o verbo inacusativo, menor nível de saliência, posposição ao verbo, sujeito [- humano], texto literário e sujeito realizado são variáveis que desfavorecem a aplicação de CV, e estas variáveis também se mostram significativas nos atuais estudos sobre o fenômeno no PB.

Neste estudo é relevante fazer esse levantamento tanto da concordância verbal no PB quanto dos fenômenos que podem favorecê-la ou não, pois essa variável é uma das ferramentas que Bechara, Scherre e Galves tomam como base para classificar o função do SE passivador e impessoal. Sendo também controlada nos nossos resultados para verificar se também condiciona a interpretação do falante diante do fenômeno com e sem concordância verbal.

Esta seção apresentou o clítico SE, nas suas funções passiva e indeterminada, as relações e divergências que ambos apresentam, tanto pela abordagem da GT quanto da abordagem da linguística, sobretudo a gerativa, e como a ambiguidade nas estruturas passivas influenciam a interpretação do fenômeno. Além de ter abordado alguns contextos que condicionam as respectivas funções que o fenômeno permite, tais como: posição do clítico e concordância verbal.

Ademais, para nossa análise tomaremos como base a teoria de Caso e Vinculação, discutida na seção seguinte, e as características dos fenômenos apontadas nas subseções das concepções linguísticas apontadas no quadro 2, a alternância de posições, a influência da CV e a aquisição do SE.

2 PRESSUPOSTOS DA TEORIA GERATIVA

Nesta seção, deixaremos o leitor a par da Teoria Gerativa, especificamente dos módulos: Teoria X-barra, Teoria Temática e Teoria de Caso.

Uma das principais peculiaridades do gerativismo é a tese que aponta a capacidade humana de adquirir línguas naturais. De acordo com a teoria, apenas o ser humano é dotado desta capacidade. A partir da década de 50, o linguista Chomsky começou a defender uma concepção internalista para as línguas naturais, concepção esta que tem como foco a gramaticalidade e agramaticalidade de sentenças das línguas naturais. Por se tratar de uma vertente internalista, refere-se também a uma concepção mentalista, uma vez que a compreensão e produção linguística são aspectos que residem na mente do falante, logo o ser humano já nasce com a faculdade da linguagem alocada no cérebro humano. A faculdade da linguagem é composta por princípios universais a todas as línguas naturais.

Partindo desses pressupostos, criou-se um tripé da capacidade humana da linguagem. Para Ferrari Neto, (2012, p.13-14) os pontos que compõem este tripé são: bases cognitivas da Gramática Universal, bases biológicas da Gramática Universal e a hipótese inatista. A seguir, discorreremos brevemente sobre cada uma delas.

a) Bases Cognitivas da Gramática Universal

Este ponto se apoia na cognição humana, ou seja, considera-se que falantes de uma língua são capazes de conhecer sobre a (a) gramaticalidade das sentenças. Para ilustrar esta base Ferrari Neto, (2012, p.13) traz os seguintes exemplos:

39. a) *Carlos falou com a menina que mora longe.*

b)* *O que a Lia disse que o colega que emprestou faltou hoje.*

De acordo com essa hipótese, um falante do PB não teria dificuldade de perceber que a sentença 39b é agramatical, a pesar de a estrutura não dar pistas

para o falante identificar a agramaticalidade, contudo apresenta essa predisposição cognitiva que a define como tal. A esse conhecimento do falante foi dada a denominação de competência linguística.

b) Bases Biológicas da Gramática Universal

Essa base surgiu a partir da seguinte pergunta: o que é que o ser humano possui que o torna capaz de adquirir e usar uma língua natural? Para Chomsky, esta capacidade só poderia está na organização biológica do ser humano. Ferrari Neto (2012, p.17) afirma que a Gramática Universal é produto da constituição biológica humana, portanto, não é apenas mentalista e cognitiva, é também biológica.

c) Hipótese Inatista

Esta hipótese é centrada no processo de aquisição da linguagem. A este processo é retomada a questão da capacidade de a criança adquirir uma língua (salvo casos patológicos). O estágio inicial da Faculdade da Linguagem é chamado de Gramática Universal. É nesta Gramática Universal que se encontra um conjunto de princípios e parâmetros gerais das línguas naturais. Para Chomsky, durante essa fase, a criança seleciona apenas os valores parâmetros que compõem sua língua materna. O linguista ainda destaca a importância do *input* linguístico. Segundo o autor, os estímulos recebidos pela criança servem com uma espécie de gatilho para acionar a Gramática Universal, mas a aquisição não depende exclusivamente do *input*.

2.1 TEORIA TEMÁTICA

Esta subseção apresenta uma síntese do capítulo da teoria temática de Mioto, Lopes e Silva (2016), uma vez que é preciso conhecer a relação entre os argumentos e como se dá a sua atribuição os papéis temáticos. Essa é uma tarefa da Teoria- θ , oriunda das informações relativas à S-seleção, a qual pode atribuir papel de agente, tema/paciente. A teoria explica que:

- ✓ Os núcleos lexicais são os elementos capazes de atribuir papel- θ ;
- ✓ Os argumentos selecionados pelos núcleos lexicais são os elementos capazes de receber os papéis- θ ;
- ✓ O nível DS é o nível sintático em que se dá a atribuição e o recebimento de papéis- θ ;
- ✓ A atribuição e o reconhecimento de papéis- θ se dá nas posições em que os argumentos são gerados originalmente;
- ✓ O Critério- θ e o Princípio de Projeção são os princípios que regulam a atribuição dos papéis- θ .

Além dos papéis de temáticos de agente (causador de uma ação) e tema ou paciente (sofre o efeito de uma ação), temos os papéis de experienciador (experiência em estado físico ou psicológico), benefactivo (se beneficia de um evento), locativo (lugar onde alguém/algo se situa ou onde algo ocorre), entre outros.

Para identificação dos sintagmas que recebem papel temático no exemplo 15, apresentamos a legenda:

Agente	Tema	Experienciador	Benefactivo	Locativo
i	j	k	l	m

Os exemplos abaixo representam todos os papéis temáticos atribuídos ou recebidos:

(40) a. *[O menino]^j chutou [a bola]^j*
o menino = agente / a bola = tema

b. *[A Maria]^k sentiu dor.*
a Maria = experienciador de dor

c. *João deu flores para [a Maria]^l.*
a Maria = beneficiária

d. *O João pôs os livros [na estante]^m.*

na estante = lugar onde o livro foi colocado.

Mioto, Silva e Lopes (2016) baseados em Bellette (1988), mencionam uma hierarquia temática entre esses papéis.

AGENTE/CAUSATIVO/EXPERIENCIADOR>TEMA>BENEFACTIVO>LOCATIVO

A hierarquia propõe que o argumento externo de V, o primeiro argumento mais alto do VP tende receber papel temático de agente, já o argumento interno, sendo o mais baixo no VP, recebe o papel de tema. Em resumo, se V selecionar apenas o argumento externo receberá papel temático de agente, entretanto, se selecionar apenas o argumento interno, ele será tema.

Quando os autores tratam das posições de atribuição e recebimento de papéis temáticos, fazem algumas distinções entre as posições:

- ✓ A posição temática (θ), selecionada pelo núcleo lexical;
- ✓ A posição não temática (não- θ), a qual não é selecionada pelo núcleo lexical;
- ✓ A posição argumental (posição A), identificada como função gramatical – sujeito, objeto direto, objeto indireto;
- ✓ A posição não argumental.

Em resposta ao último questionamento dessa teoria, Mioto, Silva e Lopes (2012, p.142-143) apresentam o Critério θ e o Princípio de Projeção. O critério θ postula que:

- I. Cada argumento tem que receber um só papel temático;
- II. Cada papel temático tem que ser atribuído a um só argumento.

Podemos lançar mão desses princípios para reconhecer a agramaticalidade das estruturas dos exemplos em (41):

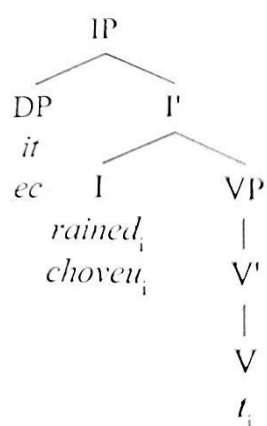
- (41) a. * *Quem a Maria viu o João?*
 b. * *Maria viu.*

A violação da cláusula (i) é observada em (41a), atestando a agramaticalidade da estrutura em função de existirem três argumentos associados ao verbo: *quem, a Maria e o João*. Contudo, só dispomos de dois papéis temáticos atribuídos, sendo assim um dos argumentos ficará sem receber papel temático. Já em (41b) temos dois papéis temáticos para atribuir e apenas um argumento para recebê-lo, violando a cláusula (ii). Desse modo, ao violarem essas cláusulas, consequentemente violam o Critério θ .

Em se tratando do Princípio de Projeção, Miotto Silva e Lopes (2016) afirmam que as propriedades de seleção de cada núcleo lexical devem ser preservadas nos níveis de representação de DS, SS e LF. Também apresentam o Princípio de Projeção Estendida (EPP), princípio este que postula que toda sentença possui posição de sujeito, ou seja, mesmo que não seja foneticamente realizada, a posição de (*Spec*) estará sempre presente.

Por razões que concernem à teoria do caso, que também será brevemente apresentada na subseção seguinte, se V tem argumento externo, este deve ocupar a posição de sujeito, porém se V não tem argumento, só um expletivo pode satisfazer o EPP. No caso do português esse elemento é nulo, já no inglês apresenta matriz fonética, como em (42):

(42)



O esquema acima atesta que o expletivo foneticamente realizado ou não, como no caso do português, apesar de não ser temático, por não ter sido selecionado pelo verbo, ocupa uma posição argumental.

Embasados na Teoria Temática, Galves (1986) e Nunes (1990)

argumentam que o SE com função de apassivador recebe papel- θ do argumento externo, já quando assume função de indeterminador, para Nunes (1990) o clítico detematiza a posição de sujeito *Pro* que recebe papel de argumento externo. Ou seja, quando apassivador o SE recebe papel- θ , quando indeterminador atribui papel- θ ao pronome referencial nulo. Como a Teoria Temática e a Teoria do Caso se complementam, abordaremos a seguir alguns pressupostos de Caso seguido dos exemplos (23) e (24) que ilustram melhor como estas teorias são aplicadas em construções com o clítico SE.

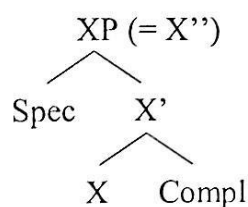
2.2 TEORIA X-BARRA

Baseados em Chomsky (1986), Sedrins e Sibaldo (2012) apontam que a ideia da teoria é que os sintagmas apresentem níveis hierárquicos, a saber:

- I. O nível mínimo - nível da categoria lexical [X] - núcleo do sintagma;
- II. O nível intermediário - nível do núcleo e seu complemento [X'];
- III. O nível máximo - formado por [X'] e a posição Spec [XP].

Com base nesses três níveis, foi desenvolvido o seguinte esquema arbóreo como forma de representar a estrutura de todas as línguas naturais.

(43)



A partir do esquema (43) podemos perceber que a posição de complemento é ocupada por um argumento interno do núcleo X, e a posição de especificador corresponde a posição do argumento externo de X. Esse tipo de estrutura também permite visualizarmos a atribuição dos papéis temáticos que serão detalhados na subseção seguinte.

Ainda conforme Sedrins e Sibaldo (2012), “o papel- θ do argumento realizado na posição de especificador é atribuído pela projeção intermediária X' (X compl) e não isoladamente pelo núcleo que projeta o sintagma.”

(44) a. [_{VP}[_{NP}O João [_{V'}quebrou o copo]]

b. [_{VP}[_{NP}O João [_{V'}quebrou o braço]]

Em (44a), temos V' representado pela cadeia [*quebrou o copo*], atribuindo ao VP O João o papel- θ de agente, enquanto em (44b) V' atribui papel- θ de paciente. Ou seja, nesse caso, temos um predicador verbal que pede dois argumentos, um interno (Compl) e outro externo (Spec) ao núcleo. É justamente o predicador verbal com seu argumento interno que atribuem o papel temático de Spec. O núcleo na teoria X-barra é dividido em dois tipos distintos: o núcleo lexical e o núcleo funcional.

O núcleo lexical s-seleciona, ou seja, faz restrições semânticas, enquanto o funcional c-seleciona, restringindo apenas o tipo de categoria que toma como complemento.

Sobre o núcleo lexical, Miotto, Silva e Lopes (2016, p.56-57), retomando Chomsky (1970), apontam uma combinação de dois traços fundamentais: o traço nominal (N) e o traço verbal (V). A esses traços atribuem os valores + ou – e, a partir da combinação de ambos, fornecem quatro possibilidades, como ilustra abaixo:

(45)

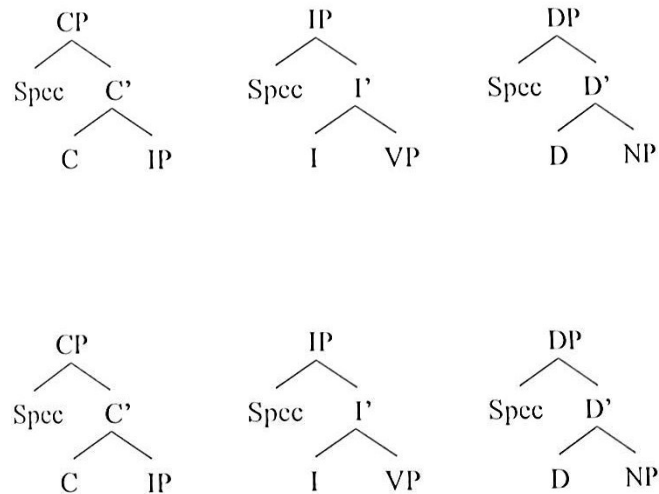
	[+N]	[-N]
[+V]	nome	preposição
[-V]	adjetivo	verbo

O núcleo funcional é definido pelos autores como uma categoria que apresenta função eminentemente gramatical e, em muitas línguas, pode se apresentar como afixos. Os núcleos desta categoria são: o sintagma flexional IP, englobando as categorias AgrP e TP, o sintagma complementizador CP e o

sintagma determinante DP.

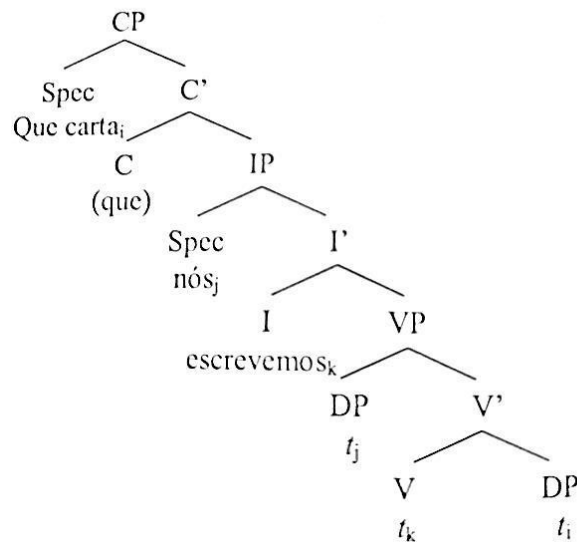
Para representar esses três sintagmas de núcleos funcionais, Chomsky (1986) definiu as seguintes representações arbóreas:

(46)



A 1º representa um sintagma complementizador (CP, do inglês *complementizer phrase*), a 2º um sintagma flexional (IP, do inglês *inflectional phrase*) e a 3º um sintagma determinante (DP, do inglês *determiner phrase*). Na representação de uma estrutura linguística esses sintagmas podem se concatenar, a depender das categorias que c-selecionarem, como no esquema apresentado em (47) de Sedrins e Sibaldo (2012, p.80):

(47)



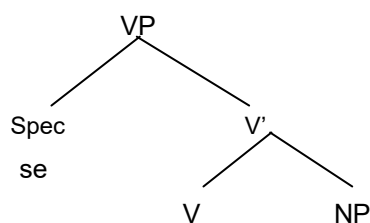
Os linguistas chamam a atenção para o fato do verbo [*escrever*] ser gerado na posição V, alçado para a posição I onde o morfema de flexão [*emos*] é adjungido ao verbo, formando *escrevemos*, e o núcleo de I c-seleciona um VP e, como no caso da estrutura representada em (47), também pode apresentar um CP localizado no nível máximo.

Outra estrutura sintática pertinente a ser mencionada, sendo de suma importância para essa pesquisa, é a das sentenças encaixadas. Miotto, Lopes e Silva (2016, p.107) as definem como sintagmas pendurados como argumentos nas árvores ou como adjuntos. Todas as sentenças encaixadas têm como categoria um CP e este CP possibilita “o encaixe de uma sentença finita em outra”. Esse encaixe se dá pelo Spec do CP, pelo núcleo C ou ainda por ambos.

Com base nessa teoria, na representação arbórea, o SE, assim como os demais clíticos, possui uma posição de origem, ou seja, a posição em que é gerado antes de se amalgamar ao verbo. Vejamos que, para gerar uma estrutura como (48a), a representação inicial em DS seria (48b) abaixo:

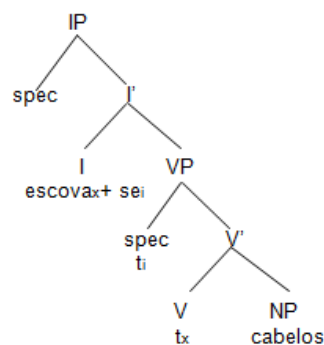
(48) a. *Escovam-se cabelos*

b.

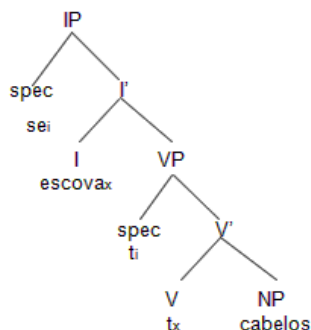


escovar cabelos

Observa-se que o SE é gerado na posição de Spec de VP, embora ocorra outros processos como a atribuição de Caso e de Papel Temático indiquem que o clítico, a pesar de ser gerado nessa posição, após os movimentos será movido. Há duas teorias que sinalizam o local em que o SE ocupa no nível DE IP. Para Miotto (2012), os clíticos se amalgamam ao verbo após o verbo receber flexão ocupando a posição de núcleo de I. Como na seguinte representação, já apresentada na seção anterior.



Mas, Abaure e Galves (1996) refutam essa proposta, afirmam que os clíticos são sintagmas, considerados elementos “fortes”, por isso não devem se mover como núcleos. Passando a se moverem como sintagma, desse modo, subindo para o Spec de IP como na representação abaixo:



As autoras não fazem menção a diferenciação de posições quanto o clítico ser pré ou pós verbal, contudo seguindo esses mesmos princípios que afirmam que dois núcleos não podem ocupar a mesma posição, podemos inferir que quando o SE é anteposto ao verbo segue a configuração acima e quando está posposto fica na posição de Spec de VP. Desse modo, nossa análise tomará como base a proposta de Abaure e Galves (1996).

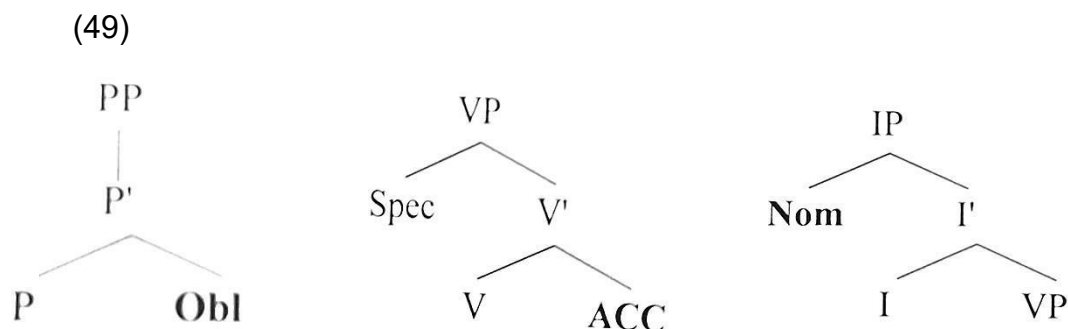
2.3 TEORIA DE CASO²

Mioto, Silva e Lopes (2016) apresentam a Teoria de Caso como uma subteoria ou módulo da gramática gerativa, a qual trata do Caso Abstrato. Segundo os autores a teoria foi formulada estabelecendo os seguintes critérios:

- I. Os Casos Abstratos são 3: [NOM], [ACC], [OBL];
- II. Os elementos que atribuem os Casos abstratos são I, V, P;
- III. Os DPs são os sintagmas que o recebem Caso;
- IV. As formas de atribuição de Caso são a marcação canônica e marcação excepcional;
- V. O filtro de Caso é o princípio que regula a atribuição de Caso.

Conforme aponta Mioto, Silva e Lopes (2012, p.173) o caso Nominativo [NOM], Acusativo [ACC] e Oblíquo [OBL] são atribuídos aos DPs através dos núcleos lexicais (-N+V) que atribuem Caso ACC, o núcleo (-N-V), a preposição atribui Caso OBL e o núcleos funcionais (I) atribuem NOM. Salientam ainda que cada atribuidor tem apenas um único Caso para descarregar. Ou seja, um único núcleo não deve atribuir mais de um Caso.

Em se tratando das duas formas de atribuição de Caso, temos a marcação canônica de caso, em que os casos OBL e ACC são atribuídos à direita, o oposto do caso NOM, uma vez que, no PB, é atribuído à esquerda, como podemos constatar nas estruturas arbóreas abaixo:



² Na Teoria Gerativa Caso é grafado com inicial maiúscula se distinguido de caso com inicial minúscula, pois para caso temos a seguinte definição: situação que define um acontecimento; circunstância, conjuntura. Já na Teoria do Caso, se relaciona as propriedades que permitem que os sintagmas nominais se tornem visíveis para a interpretação temática. Essa visibilidade pode ser codificada de diferentes formas em diferentes línguas – seja abstratamente (Caso estrutural) seja também superficialmente (caso morfológico).

Nas árvores do Caso OBL e ACC temos os casos atribuídos imediatamente à direita, no OBL à direita da preposição, e no ACC à direita do verbo. Para essas duas estruturas, Mioto, Silva e Lopes (2012, p.174) elencam:

- (50) a. *A menina olhou para [o menino].*
 b. *A menina olhou para [mim].*
 c. *A menina viu [o menino] no cinema.*

Em (50a), [o menino] recebe Caso OBL atribuído pela preposição para, já em (50b), apesar de também receber Caso OBL, temos uma estrutura diferenciada no que concerne ao DP complemento da preposição, uma vez que esta posição é ocupada por um pronome pessoal. No exemplo (50c) o DP o menino recebe o Caso ACC, à direita do verbo.

Em (51), o Caso é atribuído na posição contrária aos Casos OBL e ACC.

- (51) *[A menina] viu o menino no cinema.*

O DP [a menina] recebe Caso NOM. A atribuição de NOM, no PB é diferente das demais, por ser atribuído na relação [Spec e núcleo], enquanto o OBL e o ACC são atribuídos na relação núcleo e complemento. O autor ainda aponta outras diferenças entres os Casos: o acusativo, na maioria das situações, pode ser alçado para Spec de IP, apesar de não ser gerado ali, contudo, isso não ocorre com o OBL, tampouco com o ACC.

A marcação excepcional de Caso “se distingue da marcação canônica por envolver um núcleo que atribui Casos a argumentos de outro núcleo.” Ainda nas palavras de Mioto (2016, p.180), “não é o complemento que recebe o caso, mas o ‘filho’ do complemento”. Vejamos:

- (52) *Maria fez palhaçada para mim rir.*

Neste tipo de estrutura a marcação não deve ser canônica, uma vez que não acontece na combinação núcleo complemento, como ocorre com as preposições e os verbos. A preposição atribui Caso sim, contudo não está sendo

atribuído ao complemento da preposição, pois este complemento não é o pronome *mim* e sim uma sentença infinitiva encabeçada pelo verbo *rir*, que tem o *mim* como complemento, ou seja, o pronome é o argumento externo de *rir*. Vejamos outro exemplo em (53):

(53) *A Maria viu-os rir.*

Construções como (53) apresentam pronomes na forma acusativa e dispõem de infinitivo indeterminado, desse modo não poderia atribuir Caso NOM ao argumento externo de *rir*, porque é desprovido da posição AgrP.

Com base na teoria supracitada, a discussão sobre atribuição de Caso com o SE, discutida por Nunes (1990), aponta que só é possível o clítico receber Caso acusativo nas passivas pronominais. Contudo, o autor destaca a influência da CV na atribuição de caso.

(54) *Antes (Expl) produziam-se 250 mil litros de leite por dia.*

(55) *Antes (Pro) produzia-se 250 mil litros de leite por dia.*

Em (54), temos o expletivo, segundo Nunes (1990), só é possível nas estruturas que apresentam concordância verbal. Neste exemplo, o SE apresenta função de apassivador e recebe Caso nominativo, por desempenhar papel de sujeito paciente. Já em (55), a categoria vazia *pro* passa a ser interpretada como pronome referencial, sendo que o argumento interno, sem concordância verbal, passa ser interpretado como objeto direto, não mais como sujeito, logo com Caso acusativo. A posteriori, nossos resultados apontarão que, provavelmente, o falante nativo do PB perdeu essas noções de leitura, uma vez que mesmo com a aplicação da concordância verbal os resultados são mais aceitáveis na leitura passiva.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção descreverá os procedimentos metodológicos que possibilitaram a realização do presente trabalho, desde o julgamento de aceitabilidade ao método adotado para descrever os resultados. A subseção 3.1 encarrega-se de conceituar e mostrar as peculiaridades do julgamento de aceitabilidade. A subseção 3.2 apresenta como se deu a elaboração do experimento. Em 3.3, apontaremos informações acerca dos participantes, bem como critérios de exclusão e inclusão para seleção dos colaboradores. A subseção 3.4 descreve como foi realizada a aplicação do teste. A subseção seguinte, 3.5 faz uma caracterização sócio-cultural dos participantes, descrevendo a cidade de Recife e instituição a qual estão vinculados.

3.1 JULGAMENTO DE ACEITABILIDADE

O experimento que descreveremos a seguir objetivou verificar a aceitabilidade de construções ambíguas entre o SE apassivador e indeterminador no PB com intuito de compreender se esse tipo de ambiguidade está presente na gramática do falante.

O julgamento de aceitabilidade é o julgamento de indivíduos acerca da aceitabilidade de sentenças. É um método *off-line* que investiga os dados obtidos pós-processamento, ou seja, em um momento posterior a realização do teste. Esse tipo de experimento permite ao linguista ir além da introspecção e apresentar dados com nível maior de confiabilidade, pois a aceitabilidade pode apresentar variações em determinados grupos de falantes, além de ser crucial para entendermos como algumas construções são representadas, assim como afirma Oliveira & Sá:

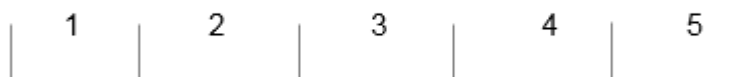
acredita-se que o julgamento de falantes em relação à aceitabilidade de algumas sentenças pode ser utilizado para se entender como certas construções (morfemas, palavras e, entre outros, sentenças) são representadas e o quão presente elas estão na gramática de um ou mais grupos de indivíduos. (OLIVEIRA E SÁ, 2013, p.6)

Os autores ainda chamam a atenção para a distinção entre aceitabilidade e agramaticalidade salientando que, apesar de pesquisas usarem os dois termos

com o mesmo significado, são distintos, pois aceitabilidade não se refere à gramaticalidade de um estímulo, “enquanto a gramaticalidade é uma característica inerente à mesma independente do indivíduo, a aceitabilidade é a percepção que o indivíduo tem em relação a um item independentemente de qualquer construto teórico” (OLIVEIRA E SÁ, 2013, p.7). Já deixado claro essa diferença, destacamos a importância de também esclarecer que o teste aplicado diz respeito ao julgamento de aceitabilidade (percepção do falante) e não do que é ou não permitido na língua.

Um dos métodos mais comuns nos testes de julgamento de aceitabilidade e de gramaticalidade é a escala Likert, conceituada por Oliveira e Sá como: “uma escala psicométrica que pode ser utilizada para se medir o nível de aceitabilidade de um indivíduo em relação a uma construção.” O uso dessa escala é comum em pesquisas de diversas áreas do conhecimento. Ela pode ser construída com vários pontos, sendo a de 5 e 7 pontos a mais comum. Cada ponto deve corresponder a um grau de aceitabilidade do falante em relação ao estímulo.

Figura 2 - Escala Likert de 5 pontos



Fonte: O autor

A figura apresenta uma escala de 5 pontos, no entanto a quantidade de pontos pode ser variável. O menor número da escala sempre corresponderá a rejeição total e o máximo a aceitação total. Essa escala de 5 pontos foi a que optamos na elaboração e aplicação do teste.

Segundo Schutze (1996) *apud* Oliveira & Sá (2013, p.15-18), existem alguns cuidados que devemos ter ao adotar experimentos que envolvam julgamento de aceitabilidade. Tais como:

1. Organizar todos os estímulos, incluindo os distratores;
2. Controlar os itens de forma que 50% experimentais e os outros 50% distratores;
3. Influenciar o julgamento pelo vocabulário que nela está presente;

4. Fazer com que estruturas sejam menos aceitas, a depender do contexto;
5. Manter semântica para que construções não tenham suas estruturas julgadas inadequadamente;

Exemplo: *Sonhos verdes comiam pensamentos ásperos.*

6. Preferir que não haja linguistas/estudantes de letras nos testes;
7. Ter nível de escolaridade e idade semelhantes;
8. Ter maior número de informantes possível, para que os dados tratados estatisticamente tenham maiores chances de confiabilidade.

Todos esses itens são cruciais na elaboração e aplicação do teste de julgamento de aceitabilidade para o desenvolvimento e legitimidade da pesquisa.

Por meio do teste formulado de acordo com os pressupostos metodológicos do julgamento de aceitabilidade, buscamos responder as seguintes questões:

- 1- Há preferência de aceitabilidade entre a interpretação passiva e a indeterminada?
- 2- Será que a hipótese de Moreno (2003) que diz que construções passivas sindéticas só sobrevivem no “mundo fictício” é coerente?
- 3- A concordância verbal, a posição do SE e do argumento e a escolaridade condicionam a aceitabilidade de uma ou outra interpretação?

Para tanto, foi realizado um experimento *off-line* de julgamento de aceitabilidade que será detalhado a seguir.

3.1.1 Elaboração

Para a realização deste experimento foram selecionadas 20 sentenças que apresentasse ambiguidade estrutural. Sendo 10 distratoras e 10 experimentais com o SE apassivador, porém com uma interpretação passiva e outra indeterminada.

Das 10 experimentais, temos 6 extraídas de textos jornalísticos e 4 formuladas. Das de textos jornalísticos, as duas primeiras são de jornais do Sertão do Pajeú, a saber, “Jornal do Sertão” e “Jornal Desafio”, ambos com circulação

impresa e *online* e as demais encontram-se no banco de dados do *website* linguatca.

Quadro 3 - Sentenças experimentais atestadas

SENTENÇAS EXPERIMENTAIS ATESTADAS	
01	Antes produzia-se 250 mil litros de leite por dia, hoje já produz 180 mil litros por dia.
02	Ainda se encontra rosas, alfazema, tuberosas e laranjeiras nos jardins da cidade.
03	Este quadro da balança comercial do complexo não é muito alentador quando se efetua considerações de ordem macroeconômica.
04	Como a frota nacional diminuiu, assim como o déficit, é de admitir que as percentagens da contribuição negativa dos fretes marítimos se mantenha .
05	Fatos como estes podem ajudar a compreender o elevado consumo de bebidas alcoólicas e a fama de grandes beberrões que desde sempre se atribui aos russos.
06	Correu então a notícia de que os trovantes se iriam desmembrar, anunciando-se o fim de todo um capítulo na música popular portuguesa.

Fonte: O autor

Essas 6 sentenças apresentadas no quadro acima são atestadas em um *corpus* de dados jornalísticos montado e utilizado por nós na monografia. Já as 4 seguintes foram formuladas para compor as 10 sentenças experimentais. Embora se apresentem menos complexas que as anteriores, optamos pela mesma estrutura das sentenças atestadas, sobretudo manter a transitividade verbal.

Quadro 4 - Sentenças experimentais formuladas

SENTENÇAS EXPERIMENTAIS FORMULADAS	
01	Escova-se cabelo a domicilio.
02	Poupam-se tostões para viagem.
03	Entrega-se buquês de segunda a sexta.
04	Desenvolve-se o conteúdo de forma prática e rápida.

Fonte: O autor

Para realizar a seleção e classificação das sentenças experimentais, partimos de alguns critérios, prescritos pela GT e critérios postulados pelos estudos linguísticos, como os seguintes, por exemplo:

- ✓ Contextos sintáticos em que o clítico viesse acompanhado de verbo transitivo direto, seja enclítico ou proclítico ao verbo;
- ✓ Concordância entre o verbo e o argumento interno;
- ✓ Possibilidade de substituir o SE pelo verbo *ser* seguido de particípio, sem haver perda semântica.

Ainda, para a classificação do SE apassivador, criamos um critério para diferenciá-lo de alguns casos de construções com o SE em que a ação se volta para o sujeito. Contudo, este não é agente da ação. Com base em Faltz (1985) *apud* Brito (2012, p. 174), assumimos os seguintes critérios definidores da reflexividade: “a) que ele se encontre na mesma posição gramatical do sujeito; b) que complete a predicação de um verbo transitivo e c) que se refira a um sujeito com os traços [+animado] [+agente]”.

De acordo com esses critérios nos apropriamos do seguinte:

Sentenças que apresentem um sujeito [-animado], mas que indique um órgão ou instituição que sejam constituídos por sujeitos [+animado], como no caso dos sintagmas nominais [*a cidade, a igreja, a assembleia*], por exemplo, também foram classificadas como reflexivas (56a). Já as construções que apresentavam sujeitos [-animado] e não eram constituídas por pessoas, foram classificadas como passivas (56b).

(56) a. *“Nossa missão é lutar pelos direitos da criança, por isso nossa expectativa é a de que as empresas se empenhem na eliminação do trabalho infantil em sua cadeia produtiva [...]*

b. *[...] a totalidade remissiva que antes se mantinha oculta [...]*

Segundo os critérios por nós adotados, (56a) apresenta SE reflexivo, pelo fato de o sujeito, apesar de apresentar traço [-animado] (as empresas), ser uma instituição constituída por pessoas, logo, por sujeitos com traço [+animado]. Essa diferença de animacidade do sujeito pode ser observada em (56b), que apresenta contexto sintático semelhante. Entretanto, o sujeito da sentença é inanimado e não é uma instituição constituída por pessoas, por isso, nesse tipo de contexto, o

SE foi classificado como passivo.

Os dados que apresentaram os critérios de SE passivo, exceto a questão da concordância entre o verbo e o argumento interno foram os considerados ambíguos e selecionados para compor o teste de aceitabilidade. Entretanto, esse carácter de ambiguidade também é perceptível quando há relação de concordância.

O teste foi elaborado por meio do *Google Docs* em um computador pessoal e apresentado aos informantes por meio do *link* de acesso que possibilita ser realizado presencial ou não. O mesmo *link* apresenta as instruções para a realização do experimento na parte superior do arquivo, bem como a legenda da escala utilizada para medir o grau de aceitabilidade, composto por 20 sentenças, cada uma apresentando a interpretação A e B, sendo obrigatória marcar na escala de cada interpretação.

As 10 sentenças distratoras, que seguem no quadro 3 foram formuladas, assim como as 4 experimentais não atestadas apresentadas no quadro 4.

Quadro 5 - Sentenças distratoras utilizadas no experimento.

SENTENÇAS DISTRATORAS.	
01	Laura pediu a vitória para sair.
02	O menino abusado respondeu mal ao avô.
03	O atleta viu a moça correndo na praça.
04	Ontem vi o incêndio do shopping.
05	A turma aplaudiu a professora entusiasmada.
06	O homem matou sua mãe a pauladas.
07	Jorge entrou na sala de muletas.
08	A professora falou com a turma sobre suas dificuldades.
09	O advogado disse ao réu que suas palavras convenceria o juiz.
10	Proibido entrar na sala de bonés.

Fonte: O autor

As sentenças distratoras apresentadas no quadro acima também foram formuladas, pensando em construções com ambiguidade que se aproximassem mais das que correspondem ao fenômeno em análise.

3.1.2 Participantes

O número de participantes corresponde a um total de 30 estudantes, divididos entre: 15 graduandos do Curso de Música da UFPE e 15 do 3º ano do Ensino Médio da Escola Governador Barbosa Lima, ambos localizados na capital pernambucana.

A seleção dos informantes foi de forma voluntária, apresentando apenas alguns critérios de inclusão e exclusão.

Inclusão:

- ✓ Ser falante nativo do português brasileiro;
- ✓ Estar cursando o 3º do Ensino Médio ou entre o 2º e 6º período da graduação;
- ✓ Estar disponível para realização do teste de aceitabilidade.

Exclusão:

- ✓ Ser graduando do curso de Letras e ser linguista, pois acredita-se que o seu conhecimento poderia influenciar nos resultados da pesquisa, pelo fato da pesquisa ser da mesma área.
- ✓ Ser aluno do 1º e 2º ano do Ensino Médio ou do 1º período de graduação. A exclusão do Ensino Médio se deu, segundo a pesquisa de Silva (2017), por ser apenas no final dessa modalidade de ensino que o SE apassivador é adquirido.

3.1.3 Aplicação

Os testes foram realizados entre o período de outubro de 2018 a fevereiro de 2019 após a devida submissão e aprovação pelo Comitê de Ética. Foram aplicados em sala reservada nas instituições de ensino em que os participantes estavam vinculados, exceto nos casos em que alguns optaram por realizar em casa. Os participantes leram as sentenças em frente ao computador e em seguida escolheram entre as opções 1. Muito inaceitável, 2. Inaceitável, 3. Neutro, 4. Aceitável e 5. Muito aceitável segundo seu julgamento, disponibilizadas em uma legenda abaixo da descrição do teste, como ilustra o print:

Figura 3 - Print da legenda da escala de aceitabilidade

Fonte: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfvYe8wBNLleQD0xn8Dnl-jv88BukWdnZykpjbYb7UDLQPOtg/formResponse>

As opções estavam numa escala abaixo de cada interpretação, com possibilidade de marcar apenas uma alternativa. E cada sentença era apresentada em uma tela com suas respectivas interpretações para que a atenção do informante não se dispersasse.

Figura 4 - Print de como a escala aparece no teste de aceitabilidade

Fonte: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfvYe8wBNLleQD0xn8Dnl-jv88BukWdnZykpjbYb7UDLQPOtg/formResponse>

Como visto na figura 4, foram dadas as interpretações A e B, ou seja, o teste não era aberto a outras interpretações, os participantes apenas julgavam de acordo com a escala de aceitabilidade.

3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO CULTURAL DOS INFORMANTES

O contexto em que o informante se situa diz muito sobre ele e conseqüentemente sobre a linguagem, por isso destacamos a importância de contextualizar o espaço de inserção dos nossos colaboradores.

3.2.1 Recife-PE

A capital pernambucana, também conhecida como Veneza brasileira, graças a algumas semelhanças com a Veneza, principalmente as pontes e rios, é uma das maiores metrópoles brasileiras, destacada por seus valores de diversas formas. Na área cultural, destaca-se Romero Britto, Francisco Brennand e Nelson Rodrigues. Tratando-se de sons e ritmos, a vez é do frevo e do maracatu. Também ganha destaque o Galo da madrugada, o maior bloco carnavalesco do mundo, que anualmente atrai milhares de foliões para se divertirem nas festividades do Carnaval.

Figura 5 - Edição “frevo mulher” galo da madrugada



Fonte: Arthur de Souza/Folha de Pernambuco

De acordo com o Censo (2018), a população estimada do Recife é de 1.637.834 habitantes e a cidade possui uma extensão territorial de 218,435 km² e PIB de R\$ 49 544 088 mil, considerado o quarto maior do país. Recife divide-se em seis regiões: Centro, Norte, Noroeste, Oeste, Sudoeste e Sul; e também em

microrregiões que agrupam os 94 bairros. Conforme o censo de 2010, o seu bairro mais populoso é Boa Viagem, localizado na região Sul, com 122 922 habitantes.

Segundo Camara (2015), Recife começou com o surgimento de alguns pescadores e veleiros que buscavam as sombras dos arrecifes. A pequena colônia de pescadores fundada naquela localização chamou a atenção de colonizadores portugueses que a *posteriori* fundaram um porto no local. Essa fundação promoveu exportações e acelerou as atividades portuárias, o que atraiu o interesse dos holandeses, provocando a invasão holandesa em 1630 e, conseqüentemente, a cidade passou a ser governada pelo Conde Mauricio de Nassau até o ano de 1644. Em 1645 deu-se início à expulsão definitiva dos holandeses por meio da Insurreição Pernambucana que chegou ao fim em 1654 com a liberação do Nordeste do domínio holandês.

Contudo, a economia colonial ficou comprometida, pois os holandeses montaram uma produção açucareira, grande concorrente do Brasil, provocando a decadência dos engenhos brasileiros. Apesar da queda do ciclo açucareiro os portugueses tinham outras possibilidades econômicas na colônia, e assim conseguiram superar a crise, voltar a crescer e adquirir cada vez mais características de metrópole.

3.2.1.1 Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

A UFPE é uma das mais bem-conceituadas instituições de Ensino Superior do País. Dispõe de 3 *campi* (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão), 12 centros acadêmicos, 109 cursos de graduação presencial, 5 cursos de graduação a distância, 145 cursos de Pós-graduação *Strictu Sensu*, sendo 75 Mestrados Acadêmicos, 17 Mestrados Profissionais e 53 Doutorados e 56 cursos de pós-graduação *Lato Sensu* (especializações).

Figura 6 - Visão parcial da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)



Fonte: UFPE

Possui editora própria, a Editora UFPE, responsável pelo apoio à produção intelectual dos docentes e pesquisadores da Universidade e pela impressão de publicações diversas.

O Hospital das Clínicas inaugurado em 1979 também é um marco na instituição, principalmente para a área da saúde no geral. A UFPE também dispõe de Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) próprio, localizado no Centro de Ciências da Saúde (CCA). Apesar de estar localizado em um centro de saúde, o CEP trabalha com uma proposta de carácter multidisciplinar composto por 50 membros de diferentes áreas do conhecimento.

3.2.1.2 Licenciatura em Música

Os cursos de Música na UFPE tiveram início em 1958 na Escola de Belas Artes da então Universidade do Recife. Atualmente, o Departamento de Música do Centro de Artes e Comunicação (CAC) da UFPE oferta Bacharelado em Instrumento, Bacharelado em Canto e Licenciatura em Música. Segundo o site da instituição, foi criado em 1972. O curso oferece 60 (sessenta) vagas anuais, sendo 30 (trinta) na primeira entrada (Diurno) e 30 (trinta) para a segunda entrada (Noturno) e tem por objetivo a formação de professores para o ensino teórico-prático da música. O profissional licenciado em Música poderá atuar nas escolas

da Educação Básica da rede pública e privada, escolas especializadas, conservatórios e escolas profissionalizantes.

3.2.1.3 Escola Governador Barbosa Lima

A escola Governador Barbosa Lima é situada na rua Joaquin Nabuco S/N Graças-Recife-PE, sob a gestão de Magaly Cavalcanti de Mendonça. O corpo docente é composto por 110 professores atendendo às seguintes etapas da educação básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), todos presenciais, totalizando 1787 alunos matriculados em 2019 nos turnos da manhã, tarde e noite.

Figura 7 - Frente parcial da Escola Governador Barbosa Lima



Fonte: folhape.com

De acordo com os resultados apontados no blog do ENEM, em 2017 esteve entre as melhores escolas, se tratando de média do ENEM, comparada a escolas do município e do país, com uma média geral de 492,72. Ainda que com índice não tão elevado aproximou-se da média do município correspondente a 497,28. A média do País também não se distanciou da média da escola numa proporção alarmante, pois apontou 493,72 na sua média geral. Em 2018, teve um pequeno salto na média geral, pois subiu para 500 pontos e em nível nacional 529,64.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Esta seção tratará da descrição quantitativa e comparativa e da análise dos dados obtidos pós-experimento. Na seção inicial, será apresentada uma análise linguística das sentenças que compuseram o experimento. A seguinte, trará uma análise quantitativa de acordo com os resultados das interpretações das sentenças julgadas pelos colaboradores na realização do julgamento de aceitabilidade.

4.1 ANÁLISE LINGUÍSTICA DAS SENTENÇAS EXPERIMENTAIS

Essa seção objetiva fazer uma análise a partir dos pressupostos da teoria gerativista, especificamente da Teoria X-barra, Teoria de Caso e Teoria Temática.

4.1.1 Análise das sentenças experimentais formuladas

Diferentemente das sentenças experimentais atestadas (que serão analisadas na subseção seguinte), as sentenças formuladas são construções de caráter simples, se comparadas a complexidade sintática de estruturas encaixadas, como vemos abaixo:

(57) *Escova-se cabelo a domicílio.*

(58) *Poupam-se tostões para a viagem.*

(59) *Entrega-se buquês de segunda a sexta*

(60) *Desenvolve-se o conteúdo de forma prática e rápida.*

Estruturas como (59) e (60) apresentam algumas semelhanças sintáticas, principalmente por apresentarem adjuntos adverbiais regidos pela mesma preposição [*de segunda a sexta*] e [*de forma prática e rápida*]. Nota-se, ainda, que há divergência na aplicação de concordância. Em (59) o verbo [*entregar*] não concorda com o argumento interno [*buquês*], já em (60) a concordância é aplicada, assim como os verbos e argumentos também concordam entre si nos exemplos (57) e (58).

Apesar de ambos apresentarem interpretações ambíguas, entre a

interpretação passiva e indeterminada, Nunes (1990), seguindo suas ideias aponta para uma indeterminação com mais “propriedade sintática” em (59), pois quando há ausência de concordância essa indeterminação fica sintaticamente mais marcada.

(59') [*Pro*] *Entrega-se buquês de segunda a sexta*

Desse modo, na posição de categoria vazia temos um pronome referencial (Pro) detentor de caso nominativo atribuído pelo argumento e pelo papel temático de argumento externo. Logo, o SE indeterminado apenas detematiza a posição de sujeito, uma vez que é indicado pelo clítico SE indeterminado, que por sua vez, ocupa a posição de objeto. O SN [*buquês*] continua ocupando a posição de argumento interno recebendo caso acusativo. Já o constituinte [*de segunda a sexta*] na estrutura sintagmática, ocupa a posição adjunto adverbial.

4.1.2 Análise das sentenças experimentais atestadas

As sentenças que serão analisadas nesta subseção são de dados extraídos de textos jornalísticos. As duas primeiras, de jornais com circulação impressa e *online* do sertão pernambucano, e as demais, pertencentes ao banco de dados do *website* *linguateca*.

(61) *Antes produzia-se 250 mil litros de leite por dia.*

A sentença acima traz características de passiva, segundo alguns critérios da gramática tradicional, apresenta verbo transitivo direto e ainda poderia ser confirmada a leitura passiva através do teste de transformação da sentença passiva sindética em passiva analítica:

(61') *Antes eram produzidos 250 mil litros de leite por dia.*

Embora apresente essas características de passiva, é possível fazermos uma leitura indeterminada da sentença, pois o verbo não concorda com o

argumento, critério que foge ao que a gramática tradicional prescreve. Podemos perceber, ainda, essa indeterminação que o SE carrega na própria retomada nula na sentença seguinte:

(61'') *Antes produzia-se 250 mil litros de leite por dia, hoje já produz 180 mil litros por dia.*

Teríamos a seguinte interpretação:

(61''') *Antes [alguma indústria] produzia 250 mil litros de leite por dia, hoje [alguma indústria] já produz 180 mil litros por dia.*

Nesse caso, se supõe que o sujeito não realizado foneticamente possui traços [-animado] e [-humano], no caso, alguma indústria, fazenda ou alguma outra que não foi nomeada, embora saibamos que nesse tipo de construção há um sujeito [+animado] e [+humano] por trás desse [-animado] e [-humano], uma vez que a indústria ou fábrica, ou, ainda, fazenda é gerida por pessoas, logo com traço [+humano].

Assim como a (60), a sentença (61) é introduzida por um AdvP e também apresenta ausência de CV.

(62) [_{AdvP} *Ainda* [_{VP} *se encontra* [_{NP} *rosas, alfazema, tuberosas e laranjeiras* [_{PP} *nos jardins da cidade.*]]]]

O argumento interno preenchido pela coordenação de NPs [*rosas, alfazema, tuberosas e laranjeiras*] aparece após o verbo [*encontrar*]. Temos o verbo na 3ª pessoa do singular, mas de acordo com a GT deveria estar na 3ª pessoa do plural para poder concordar com o argumento interno que é formado por 4 itens, além de 3 deles [*rosas, tuberosas e laranjeiras*] estarem no plural.

Diferentemente das sentenças posteriores, as seguintes se configuram como construções encaixadas, possíveis através de CP, pois Miotto, Silva e Lopes (2016, p.107) afirmam que é esta “categoria que possibilita o encaixe de uma sentença finita em outra.” Em (63) temos:

(63) *Este quadro da balança comercial do complexo não é muito alentador quando se efetua considerações de ordem macroeconômica.*

Este quadro da balança comercial do complexo não é muito alentador, como a sentença matriz e *quando se efetua considerações de ordem macroeconômica*, sendo a encaixada.

Observa-se que o clítico analisado se encontra na sentença complementizadora antecedendo o verbo, além de haver ausência de concordância verbal entre o verbo [*efetuar*] e o argumento interno [*considerações de ordem macroeconômica*]. Ainda podemos destacar a presença de um PP [*considerações de ordem macroeconômica*] dentro do DP do argumento interno. A partir de um olhar para a estrutura como um todo, temos os seguintes constituintes:

Na construção seguinte, o SE aparece também na encaixada antecedendo o verbo [*manter*] que aparece em posição final. A encaixada funciona como consequência de [*a frota nacional e déficit diminuir*], ou seja, temos uma oração introduzida por uma conjunção causal que recorre a outra sentença para expressar a consequência dessa causa.

(64) *Como a frota nacional diminuiu, assim como o déficit, é de admitir que as percentagens da contribuição negativa dos fretes marítimos se mantenha.*

Ainda temos uma sentença “intermediária” entre essa causa e consequência. [*é de admitir*] e o [*que*] fazendo a ligação entre as construções, sendo que a encaixada com SE funciona como objeto do verbo [*admitir*].

Na sentença matriz de (65), nota-se o uso da perífrase verbal, formada pelo modal [*poder*] + o verbo [*ajudar*] seguido de verbo principal no infinitivo [*compreender*], objeto direto e complemento do objeto.

(65) *Fatos como estes podem ajudar a compreender o elevado consumo de bebidas alcoólicas e a fama de grandes beberrões que desde sempre se atribui*

aos russos.

Já no objeto direto, formado por dois DPs coordenados, onde também se encontra o clítico, temos uma oração subordinada adjetiva restritiva [*que desde sempre*], o SE anteposto ao verbo [*atribuir*] seguido de objeto preposicionado [*aos russos*].

Nesse contexto, temos “material” foneticamente realizado ocupando a posição de objeto [*o elevado consumo de bebidas alcoólicas e a fama de grandes beberrões*], no entanto, não pode ser o a gente atribuidor, pois para atribuir tal fama aos russos teríamos um agente atribuidor, contudo só está presente na mente do falante. Assim sendo, teríamos a seguinte interpretação para essa construção:

(65') [*Alguém*] atribui a fama de grandes beberrões aos russos.

Nota-se que, aqui [*a fama de grandes beberrões*] ocupa a posição de sujeito, mas como se trata de uma estrutura passiva foi gerado em Comp V. Lembramos ainda da passividade que a sentença (65) carrega, e também dispomos das seguintes possibilidades sintáticas:

(65'') *A fama de grandes beberrões é atribuída aos russos.*

ou

(65''') *Foi atribuída a fama de grandes beberrões aos russos.*

Ou ainda

(65''''') *Aos russos foi atribuída a fama de grandes beberrões.*

Diferentemente da interpretação indeterminada em (65') na passiva em (65'') o DP [*a fama de grandes beberrões*] permanece na posição de sujeito. A semântica da sentença se manteve mesmo após a mudança de voz. Já em (65''') e (65''''') o constituinte permanece na posição de objeto.

Chamamos a atenção ainda para vestígios de indeterminação também na interpretação passiva. Temos uma passiva analítica que apresenta sim um sujeito, contudo esse sujeito é paciente. O agente não é foneticamente realizado, logo não

aparece na estrutura sintagmática da sentença. Seria possível desfazer essa ambiguidade com o sujeito/agente ocupando sua posição na estrutura sintática:

(65''''') *João atribui a fama de grandes beberrões aos russos.*

Na sentença seguinte observa-se que há uma oração subordinada adverbial introduzida de gerúndio + SE seguida de objeto e adjunto adnominal preposicionado:

(66) *Correu então a notícia de que os trovantes se iriam desmembrar, anunciando-se o fim de todo um capítulo na música popular portuguesa.*

Na sentença principal de (66) temos outra sentença funcionando como complemento nominal. [*os trovantes se iriam desmembrar*], sendo que esta construção é introduzida por um PP seguida de um CP. Outra característica peculiar da sentença é ser reduzida de gerúndio, pois o verbo [*anunciando*], o qual é seguido do SE, está no gerúndio.

Esse tipo de estrutura com o SE não é tão comum ser usada se comparada às outras analisadas, por isso não foi incluída nas estatísticas de controle de presença e ausência de concordância verbal. Ainda partimos da hipótese de que poderia influenciar a não aceitabilidade tanto da interpretação passiva quanto da indeterminada.

4.2 ANÁLISE QUANTITATIVA POR SENTENÇAS

Esta seção apresenta uma análise quantitativa dos resultados da aceitabilidade dos participantes do Ensino Médio e do curso de Música. Por razões metodológicas, as subseções apresentam os resultados através de uma sequência numérica das sentenças utilizadas no experimento. Logo, teremos subseções equivalentes às 10 sentenças experimentais utilizadas no teste de aceitabilidade.

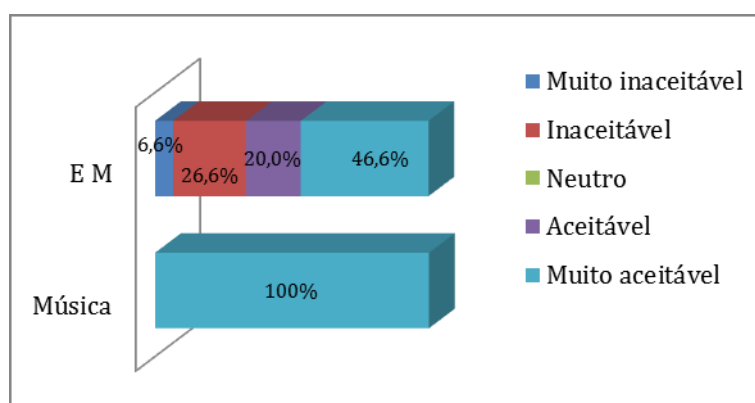
4.2.1 Sentença 1

Os gráficos 2 e 3 apresentam os resultados da sentença 1: *Antes produzia-se 250 mil litros de leite por dia, hoje já produz 180 mil litros por dia.*

Interpretação passiva:

Antes eram produzidos 250 mil litros de leite por dia.

Gráfico 2 - Resultados da passiva da sentença 1.



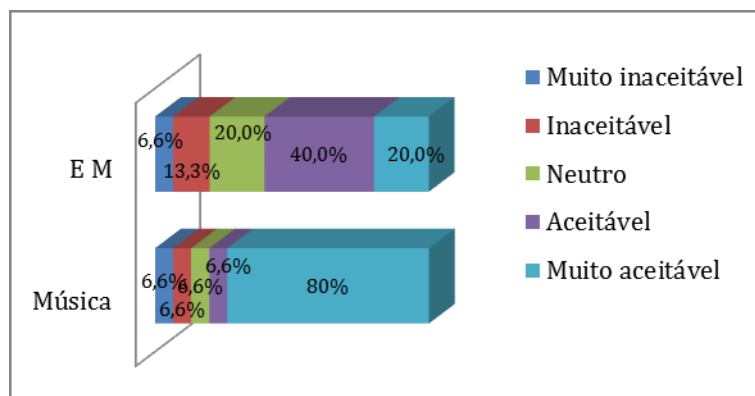
Fonte: O autor

A interpretação passiva foi bem aceita nos dois grupos de participantes, embora no Curso de Música, o percentual se concentre exclusivamente no nível muito aceitável, ou seja, optaram 100% por esse nível. O nível de neutralidade não aparece em nenhum dos grupos e os de inaceitabilidade aparecem com percentual considerável no Ensino Médio, pois obteve 26,6%.

Interpretação indeterminada:

Antes alguma indústria produzia 250 mil litros de leite por dia.

Gráfico 3 - Resultados da interpretação indeterminada da sentença 1



Fonte: O autor

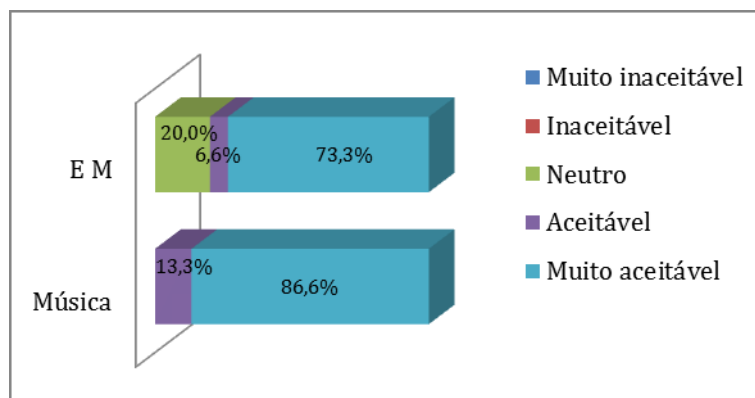
Assim como nos resultados da interpretação passiva, os da indeterminada mostram que o curso superior obteve mais aceitabilidade do que o Ensino Médio, embora o Médio também aponte percentuais de aceitação elevados. As diferenças nos níveis aceitável e muito aceitável são bem acentuadas, 80% no nível muito aceitável em Música e 20% no Ensino Médio. Já o aceitável aparece com 40% no Médio e apenas 6,6% na Música. O nível neutro pontuou mais no Ensino Médio e os de inaceitabilidade apresentam percentuais baixos em ambos os níveis de escolaridade.

4.2.2 Sentença 2

O gráfico que segue traz os resultados obtidos da interpretação passiva da sentença: *ainda se encontra rosas, alfazema, tuberosas e laranjeiras nos jardins da cidade.*

Interpretação passiva:

Ainda são encontradas rosas, alfazemas, tuberosas e laranjeiras nos jardins da cidade.

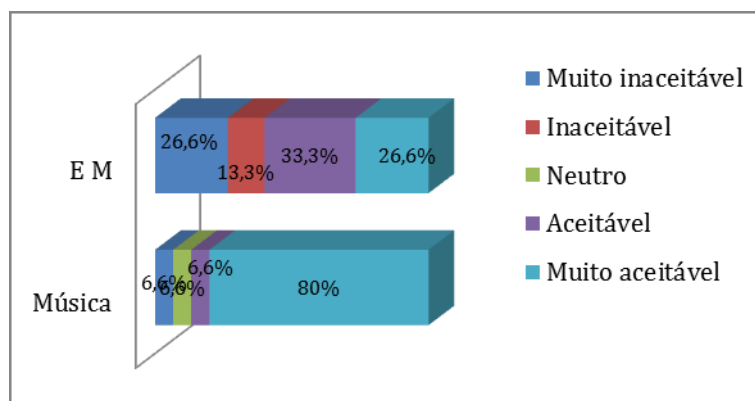
Gráfico 4 - Resultados da passiva da sentença 2.

Fonte: O autor

Tendo em vista os resultados apresentados no gráfico 4, nota-se que a interpretação passiva foi mais aceita em ambos os níveis de escolaridade. Os dados indicam que tanto no Ensino Médio quanto em Música não houve percentuais nos níveis de inaceitabilidade. No nível de neutralidade apenas o Médio optou por esse julgamento, com 20% de preferência.

Interpretação indeterminada:

Ainda encontramos rosas, alfazemas, tuberosas e laranjeiras nos jardins da cidade.

Gráfico 5 - Resultado da indeterminada da sentença 2

Fonte: O autor

O gráfico 5 traz resultados mais distribuídos e divergentes. A aceitabilidade é mais evidente no Curso de Música, pois obteve 80%, e os demais níveis apenas 6,6%. Já o EM apresenta apenas 26,6% de muita aceitabilidade e 33,3% de

aceitabilidade. Além dessas diferenças, temos outra de 20% entre os percentuais do nível muito inaceitável, ou seja, o EM optou 26,6% por esse nível, enquanto Música apenas 6,6%.

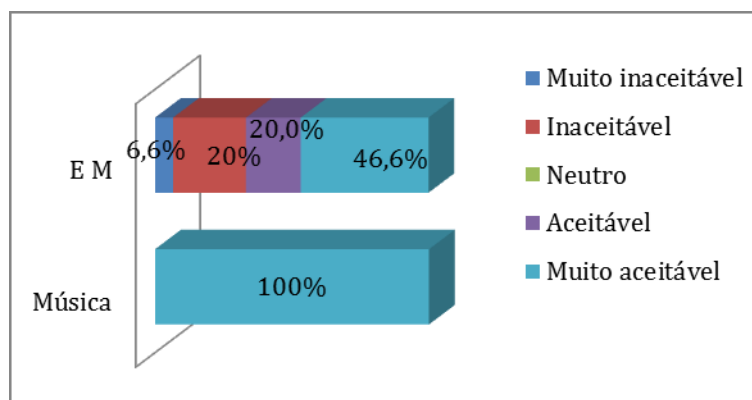
4.2.3 Sentença 3

A seguir, os gráficos 6 e 7 ilustram os resultados da sentença: *este quadro da balança comercial do complexo não é muito alentador quando se efetua considerações de ordem macroeconômica.*

Interpretação passiva:

Este quadro da balança comercial do complexo não é muito alentador quando são efetuadas considerações de ordem macroeconômica.

Gráfico 6 - Resultados da passiva da sentença 3.

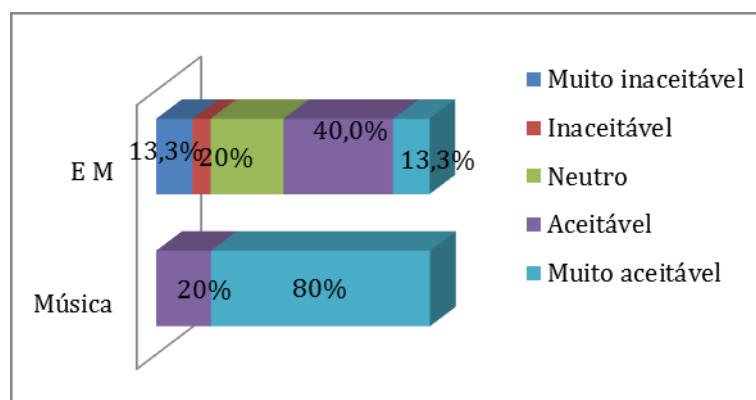


Fonte: O autor

Interpretação indeterminada:

*Este quadro da balança comercial do complexo não é muito alentador quando **alguém** efetua considerações de ordem macroeconômica.*

Gráfico 7 - Resultados da interpretação indeterminada da sentença 3



Fonte: O autor

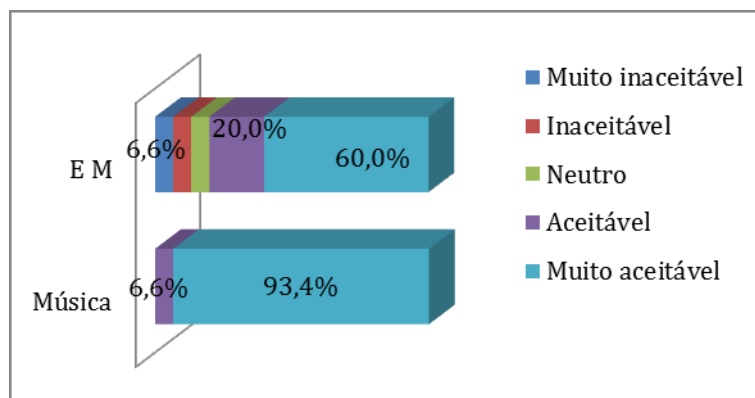
A preferência pela aceitabilidade é consideravelmente mais evidente em Música do que no EM, uma vez que os dois níveis de aceitação somam 100%. Se também somarmos os dois níveis do EM temos apenas 53,3% dos resultados, os demais foram distribuídos nos níveis de inaceitabilidade e de neutralidade.

4.2.4 Sentença 4

O gráfico 8 corresponde aos resultados gerais da sentença: *como a frota nacional diminuiu, assim como o déficit, é de admitir que as percentagens da contribuição negativa dos fretes marítimos se mantenha.*

Interpretação passiva:

Como a frota nacional diminuiu, assim como o déficit, é de admitir que as percentagens da contribuição negativa dos fretes marítimos sejam mantidas.

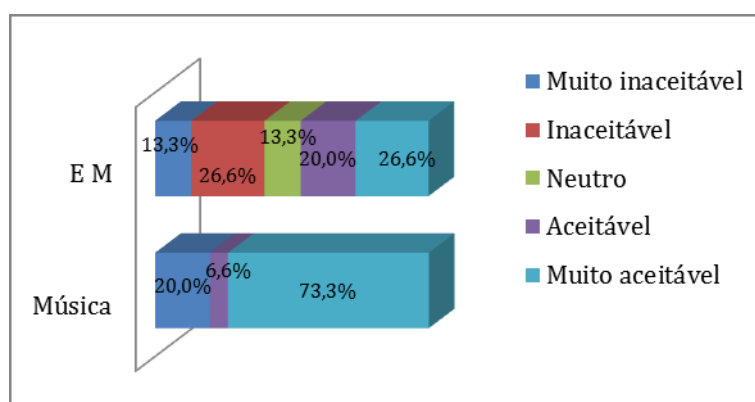
Gráfico 8 - Resultados da interpretação passiva da sentença 4.

Fonte: O autor

Os dados vêm apontando que os participantes de Música estão optando mais pelos níveis de aceitabilidade, e como podemos observar na disposição gráfica acima, apenas esses níveis aparecem. O nível muito aceitável “lidera” com 93,4%. Esses mesmos níveis também aparecem com percentuais mais elevados no EM, embora o nível aceitável apresente índice inferior ao de Música.

Interpretação indeterminada

Como a frota nacional diminuiu, assim como o déficit, é de admitir que **alguém mantenha** as percentagens da contribuição negativa dos fretes marítimos.

Gráfico 9 - Resultados da interpretação indeterminada sentença 4.

Fonte: O autor

Na interpretação indeterminada, os dados também se mostram expressivos, entretanto, os percentuais aparecem com menos evidência. Nota-se no gráfico 9 que Música obteve maior aceitabilidade do que o EM, apresentando diferenças

acentuadas. Nos níveis de inaceitabilidade temos 20% no curso superior e 39,9% no EM, pois nesse grupo os dois níveis aparecem, sendo que o inaceitável apresenta resultado superior, enquanto em Música não obteve nenhum percentual.

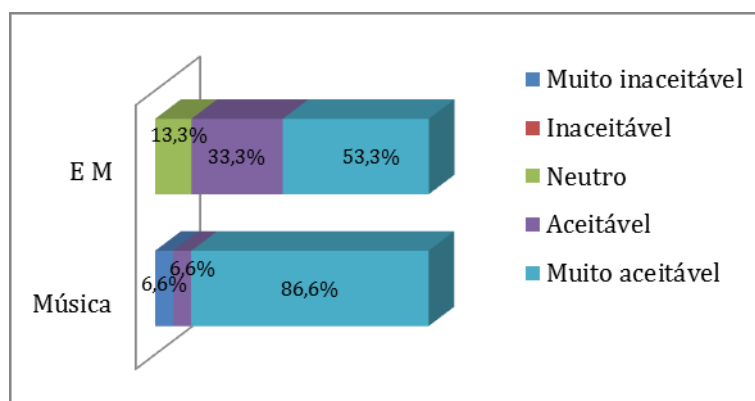
4.2.5 Sentença 5

Os resultados da sentença: *escova-se cabelo a domicílio* seguem nos gráficos 10 e 11.

Interpretação passiva:

Cabelos são escovados a domicílio.

Gráfico 10 - Resultados interpretação passiva da sentença 5.



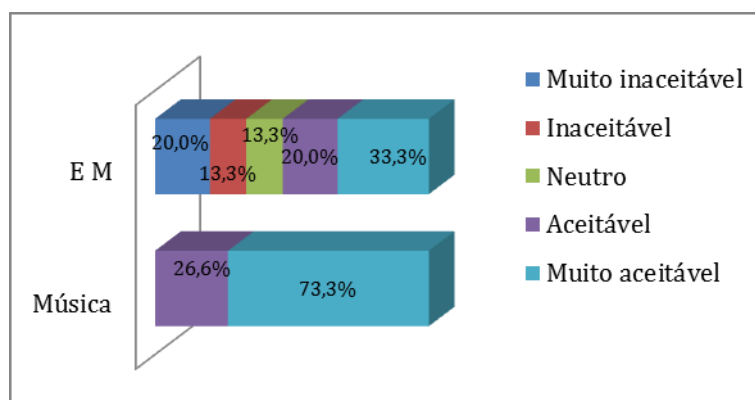
Fonte: O autor

Os resultados da interpretação passiva da sentença 5 mostram que o curso de Música apresentou mais preferência pelos níveis de aceitação. Os percentuais desses níveis somam 93,2%, enquanto a inaceitabilidade aparece no nível muito inaceitável com apenas 6,6%. No EM não houve percentual de inaceitabilidade, e no nível neutro, apenas 13,3%, já os de aceitação aparecem também em evidência.

Interpretação indeterminada:

Alguém escova cabelos a domicílio.

Gráfico 11 - Resultados da interpretação indeterminada da sentença 5.



Fonte: O autor

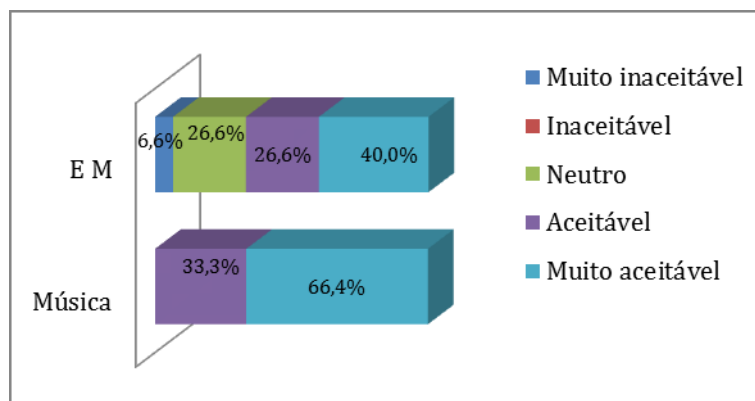
Para a interpretação indeterminada temos números quase equivalentes no nível de aceitabilidade, já no de muito aceitável temos uma diferença acentuada. Música está à frente com 73,3% e o EM com 33,3 no mesmo nível. Como visto, a inaceitabilidade só aparece nos dados do EM, assim como o nível de neutralidade.

4.2.6 Sentença 6

Os resultados da sentença: *fatos como estes podem ajudar a compreender o elevado consumo de bebidas alcoólicas e a fama de grandes beberrões que desde sempre se atribui aos russos*. Podem ser analisados nos dois gráficos seguintes.

Interpretação passiva:

*Fatos como estes podem ajudar a compreender o elevado consumo de bebidas alcoólicas e a fama de grandes beberrões que desde sempre **são atribuídos** aos russos.*

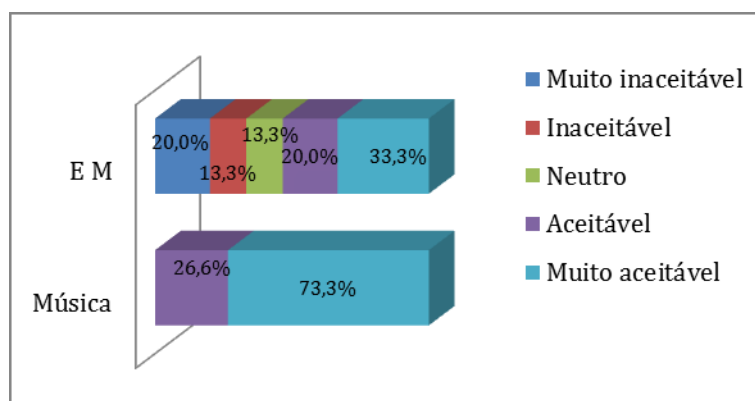
Gráfico 12 - Resultados da interpretação passiva da sentença 6.

Fonte: O autor

Se comparados os resultados anteriores, podemos perceber uma queda nos níveis de aceitabilidade tanto do EM quanto de Música, essa queda também aparecerá nos resultados de outras sentenças. Essa alteração de resultados possivelmente se deu pela diferença a nível de complexidade das sentenças, pois algumas são sentenças simples e outras são encaixadas, longas e de difícil compreensão como ocorre na sentença 7, por exemplo.

Interpretação indeterminada:

Fatos como estes podem ajudar a compreender o elevado consumo de bebidas alcoólicas e a fama de grandes bebedores que desde sempre **alguém atribui aos russos.**

Gráfico 13 - Resultados da interpretação indeterminada da sentença 6

Fonte: O autor

Diferentemente dos resultados das sentenças que antecedem a 6, aqui

temos dados que nos mostram que no curso de Música os níveis de aceitabilidade obtiveram percentuais superiores aos do EM e esses percentuais se concentram apenas nesses níveis, ou seja, Música não julgou a interpretação indeterminada inaceitável tampouco neutra. Com o EM todas as opções de julgamento foram pontuada, sendo que o nível de muita inaceitabilidade apresentou o mesmo percentual do nível aceitável.

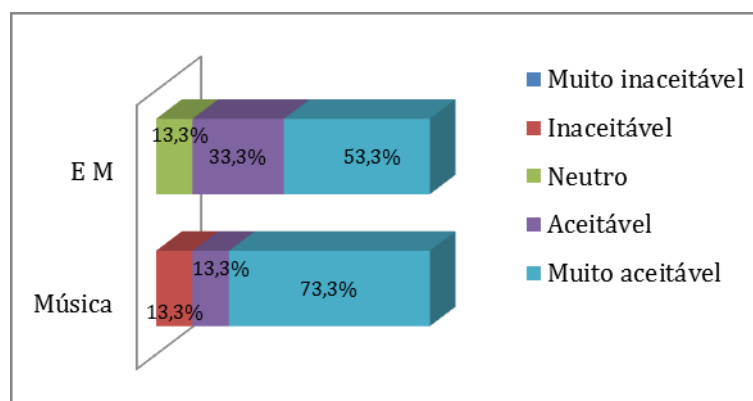
4.2.7 Sentença 7

A seguir, podemos analisar os resultados obtidos da sentença: *ocorreu então a notícia de que os trovantes se iriam desmembrar, anunciando-se o fim de todo um capítulo na música popular portuguesa.*

Interpretação passiva:

Ocorreu então a notícia de que os trovantes se iriam desmembrar, sendo anunciado o fim de todo um capítulo na música popular portuguesa.

Gráfico 14 - Resultados da interpretação passiva da sentença 7.



Fonte: O autor

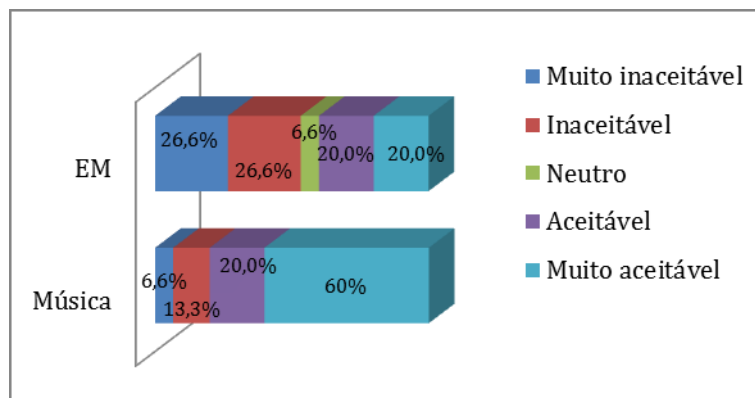
Apesar de o percentual mais alto (73,3%) aparecer no nível *muito aceitável* de Música, a aceitabilidade está equivalente nos dois grupos de participantes, pois somado temos 86,6% para ambos. O nível *neutro* só aparece no EM, sem nenhum percentual de inaceitabilidade e 13,3% em Música.

Interpretação indeterminada:

Ocorreu então a notícia de que os trovantes se iriam desmembrar, alguém

anuncia o fim de todo um capítulo na música popular portuguesa.

Gráfico 15 - Resultados da interpretação indeterminada da sentença 7



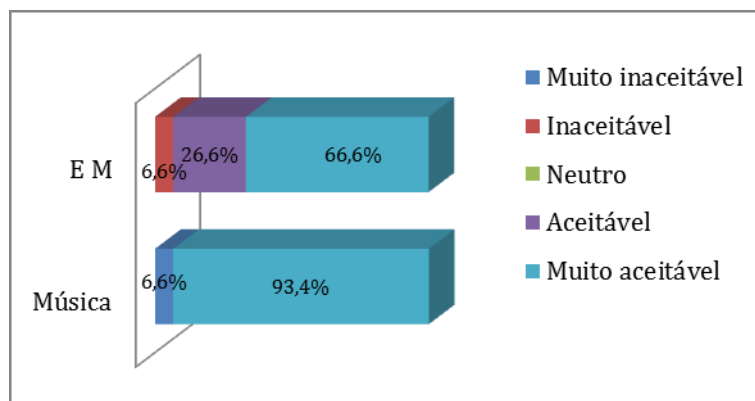
Fonte: O autor

Nessa interpretação, não houve muita aceitabilidade por parte do EM, pois temos 40% de aceitabilidade e dos 60% temos apenas 6,6% de neutralidade e os demais distribuídos igualmente nos níveis de inaceitabilidade. Em Música, não houve neutralidade, os percentuais de não aceitação foram baixos resultando em 80% nos níveis de aceitabilidade. Assim como os resultados da sentença 6, a queda nos resultados, sobretudo do EM, pode estar relacionada a complexidade da sentença.

4.2.8 Sentença 8

O gráfico 16 traz os resultados obtidos da sentença: *poupam-se tostões para a viagem*, cuja interpretação passiva é a que segue:

Tostões são poupados para viagem.

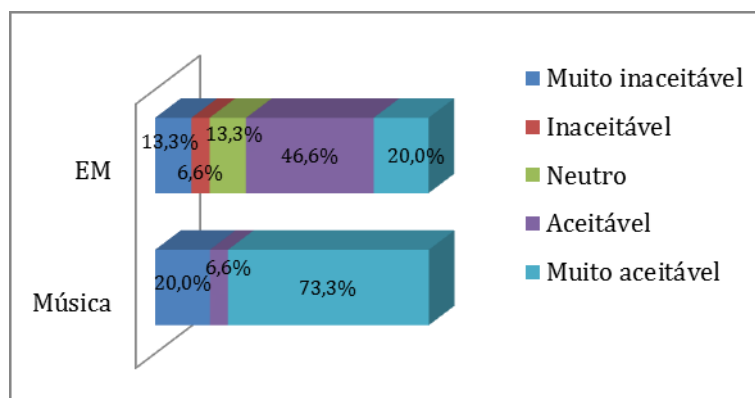
Gráfico 16 - Resultados da interpretação passiva da sentença 8.

Fonte: O autor

Diante dos dados expostos no gráfico 16, constata-se que a interpretação passiva traz resultados com índices mais elevados em ambos os grupos de colaboradores, a pesar de o percentual do nível muito aceitável de Música ser superior ao do mesmo nível do EM. Música concentrou quase 100% nesse nível, enquanto que no EM o mesmo nível aparece com 66,6%, percentual também relevante, além de ter obtido 26,6% no nível aceitável. Não houve neutralidade em nenhum grupo e os percentuais de inaceitabilidade foram mínimos em ambos.

Interpretação indeterminada:

Alguém poupa tostões para a viagem.

Gráfico 17 - Resultados da interpretação indeterminada da sentença 8

Fonte: O autor

É evidente a diferença entre os resultados do EM e Música, assim como nos demais gráficos já analisados, o curso de Música vem mostrando resultados

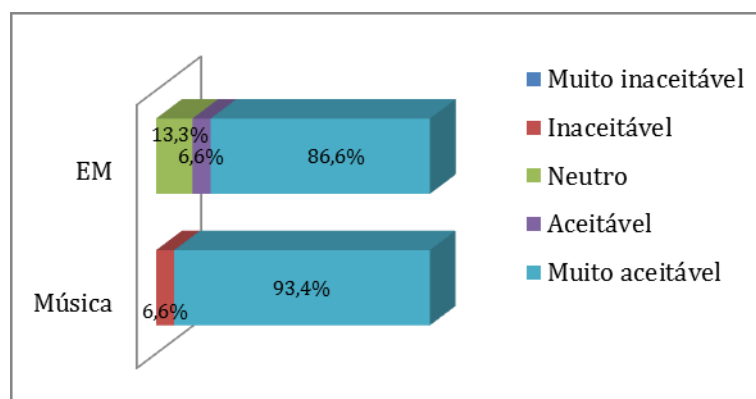
mais elevados e menos distribuídos em relação aos dados apontados no EM, sendo que os percentuais mais favoráveis se destacam nos níveis de aceitabilidade, sobretudo no nível *muito aceitável*. Mesmo Música apresentando dados mais elevados de aceitabilidade, para a interpretação da sentença 8, temos percentual superior no nível *muito inaceitável*, pois obteve 20% e o EM com 13,3%. Se somados os resultados dos dois níveis de inaceitabilidade teríamos praticamente o mesmo percentual, uma vez que em Música não aparece o *nível inaceitável*, apenas o *muito inaceitável*.

Os resultados apontados nos gráficos 18 e 19 correspondem à aceitabilidade das interpretações passiva e indeterminada da sentença: *entrega-se buquês de segunda a sexta*.

Interpretação passiva:

Buquês são entregues de segunda a sexta.

Gráfico 18 - Resultados da interpretação passiva da sentença 9.



Fonte: O autor

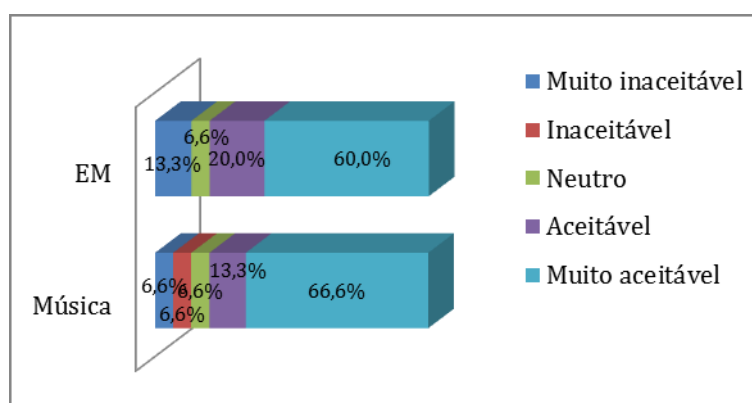
É evidente a diferença entre os resultados do EM e Música, assim como nos demais gráficos já analisados, o curso de Música vem mostrando resultados mais elevados e menos distribuídos em relação aos dados apontados no EM, sendo que os percentuais mais favoráveis se destacam nos níveis de aceitabilidade, sobretudo no nível *muito aceitável*. Mesmo Música apresentando dados mais elevados de aceitabilidade, para a interpretação da sentença 8, temos percentual superior no nível *muito inaceitável*, pois obteve 20% e o EM com

13,3%. Se somados os resultados dos dois níveis de inaceitabilidade teríamos praticamente o mesmo percentual, uma vez que em Música não aparece o *nível inaceitável*, apenas o *muito inaceitável*.

Interpretação indeterminada:

Alguém entrega buquês de segunda a sexta.

Gráfico 19 - Resultados da interpretação indeterminada da sentença 9



Fonte: O autor

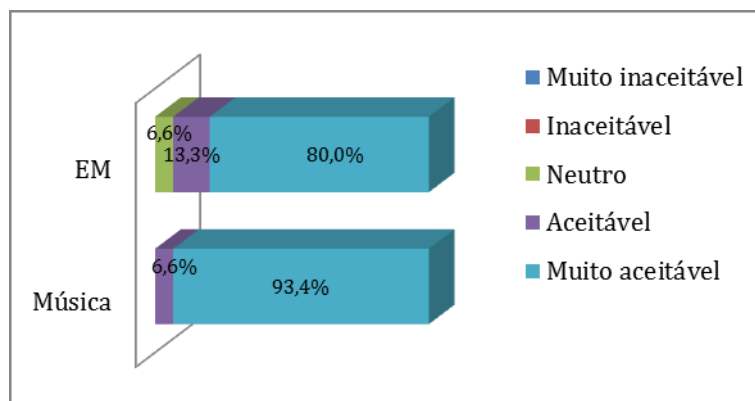
Na interpretação indeterminada, os percentuais se mostram próximos em todos os níveis, sobretudo nos níveis de aceitabilidade, pois se somados temos quase o mesmo percentual em ambos os grupos. No EM temos 80%, e em Música, 79,9%. Em relação ao nível de neutralidade, este aparece com o mesmo percentual em ambos, os de inaceitabilidade obtiveram 6,6% em Música e no EM apenas o *muito inaceitável* aparece com percentual de 13,3%.

4.2.9 Sentença 9

Os gráficos 20 e 21 correspondem aos resultados da sentença: *desenvolve-se o conteúdo de forma prática e rápida.*

Interpretação passiva:

O conteúdo é desenvolvido de forma prática e rápido.

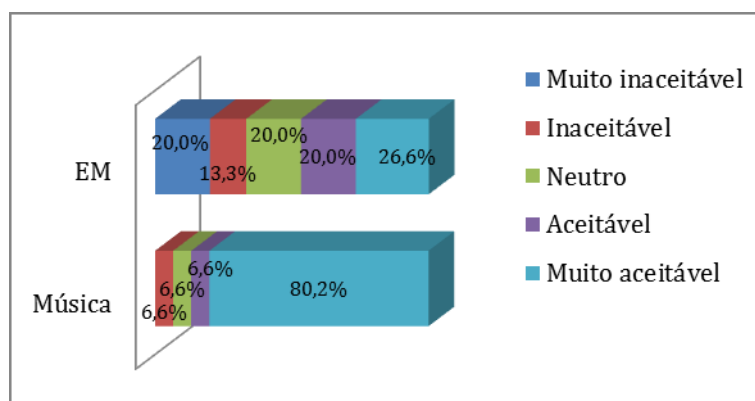
Gráfico 20 - Resultados da interpretação passiva da sentença 10.

Fonte: O autor

Os dados apresentados acima revelam que a interpretação passiva da sentença 10 foi bem aceita, uma vez que nos dois grupos de participantes não houve julgamento de inaceitabilidade, apenas 6,6% de neutralidade no EM. Conseqüentemente, os níveis de aceitabilidade são mais evidentes, sobretudo o nível *muito aceitável* que aparece com 80% no EM e 93,3% em Música. Com base nos percentuais expostos, podemos destacar que não houve disparidade relativamente considerável entre eles, já que os percentuais são próximos e não chegam sequer a uma casa decimal.

Interpretação indeterminada:

Alguém desenvolve o conteúdo de forma prática e rápida.

Gráfico 21 - Resultados da interpretação indeterminada da sentença 10

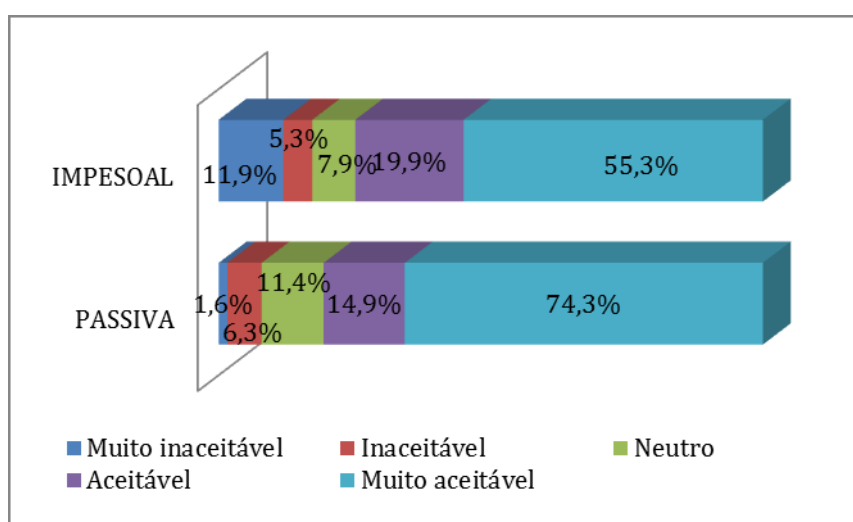
Fonte: O autor

Como visto no gráfico anterior, os resultados da passiva são equiparados,

mas os percentuais da interpretação indeterminada mostram o oposto. Os dados apresentam maior disparidade, apesar de Música continuar apresentando índices mais elevados. Enquanto que em Música essa interpretação foi bem aceita, com 80,2% de *muito aceitável* no EM teve apenas 26,6% de *muito aceitável*, e ao somar os dois níveis temos 46,6%, 20% de neutralidade e 20% de muita inaceitabilidade, sendo que em Música esse nível não obteve nenhum percentual e o de neutralidade foi de apenas 6,6%.

Após apresentados os dados estatísticos sentença por sentença, interpretação por interpretação, segue a quantificação geral do experimento:

Gráfico 22 - Quantificação geral



Fonte: O autor

Os percentuais ilustrados acima apontam para uma preferência com índices mais elevados na interpretação passiva. Se somados os níveis de aceitabilidade, temos: 89,2% para a passiva e 75,2% para a indeterminada, com uma diferença de 14%, valor considerável, porém parece que ambas caminham para uma equivalência de aceitação. Quanto aos níveis de inaceitabilidade, a interpretação indeterminada aparece com percentual superior, uma vez que a passiva a superou na aceitabilidade.

Nossos resultados gerais sugerem que independente da função que o SE pode desempenhar nas estruturas analisadas, o falante interpreta das duas formas, tanto aceita uma leitura passiva quanto uma impessoal, indo de encontro a Sherre (2005), Possenti (2003) e Moreno (2003) ao assumirem que independe

da concordância verbal, estrutura com o SE diante de verbo transitivo direto é indeterminador. Contudo, a subseção seguinte apresentará os resultados das variáveis que foram controladas. A saber: posição do clítico, posição do argumento, concordância verbal e escolaridade.

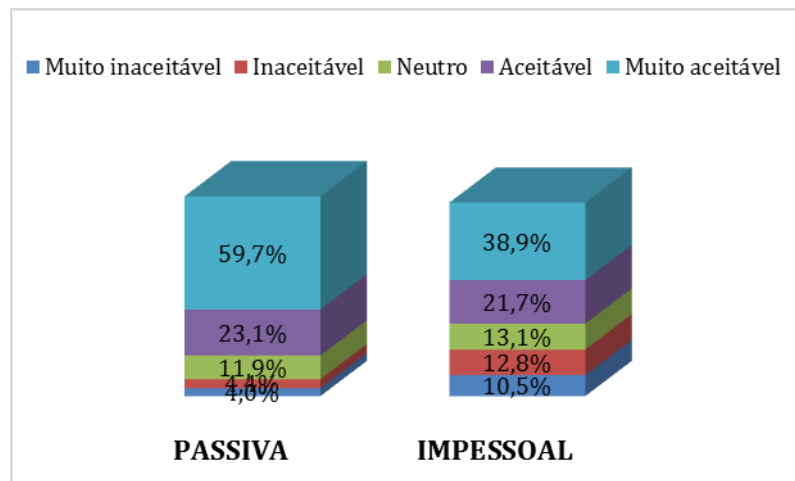
4.3 ANÁLISE ESTATÍSTICA DE POSSÍVEIS CONDICIONANTES

Esta subseção apresentará os resultados por contextos sintáticos e sociais, a fim de identificarmos se algum contexto favorece a aceitabilidade de uma ou outra interpretação. Para tanto, traremos as seguintes subseções: para os contextos sintáticos, temos: 4.3.1 que se dedica a mostrar os resultados do SE enclítico e proclítico, a 4.3.2 que traz a distribuição dos percentuais dos contextos de concordância verbal e a 4.3.3 que apresenta os resultados da posição do argumento em relação ao verbo. Para o contexto social temos a subseção 4.3.4, a qual apresenta os percentuais por escolaridade.

4.3.1 Posição do SE em relação ao verbo

Esta subseção apresenta os resultados das sentenças do SE enclítico e proclítico que serão representados nos gráficos 23 e 24, a fim de averiguar se a posição do clítico em relação ao verbo pode ou não favorecer a aceitabilidade de uma ou outra interpretação. Para melhor compreensão, faz-se necessário relembrar que das 10 sentenças experimentais o SE era pós verbal em 6 sentenças, e em 4, era pré-verbal.

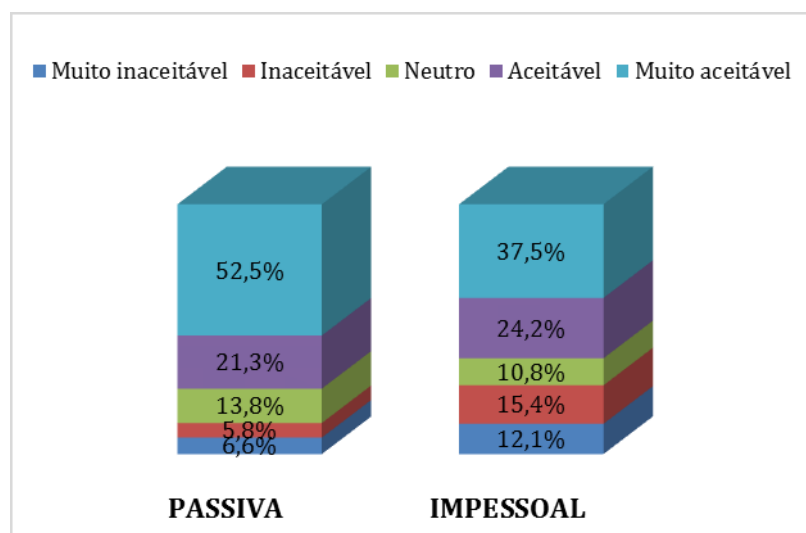
O gráfico a seguir corresponde aos resultados das sentenças com SE enclítico, sendo 2 sentenças atestadas e 4 das formuladas.

Gráfico 23 - Resultados do SE enclítico

Fonte: O autor

Os dados obtidos no gráfico 23 indicam que o nível *muito aceitável* apresenta uma diferença de 20,8% em favor da interpretação passiva, pois obteve 59,7%, ao passo que a indeterminada obteve 38,9% no mesmo nível. Logo, os níveis que não favorecem a aceitabilidade obtiveram percentuais mais elevados na interpretação indeterminada. Os percentuais do nível *aceitável* se mostram ainda mais próximos.

Os resultados das sentenças com o SE proclítico se mostram semelhantes aos das sentenças enclíticas, como podemos observar no gráfico abaixo:

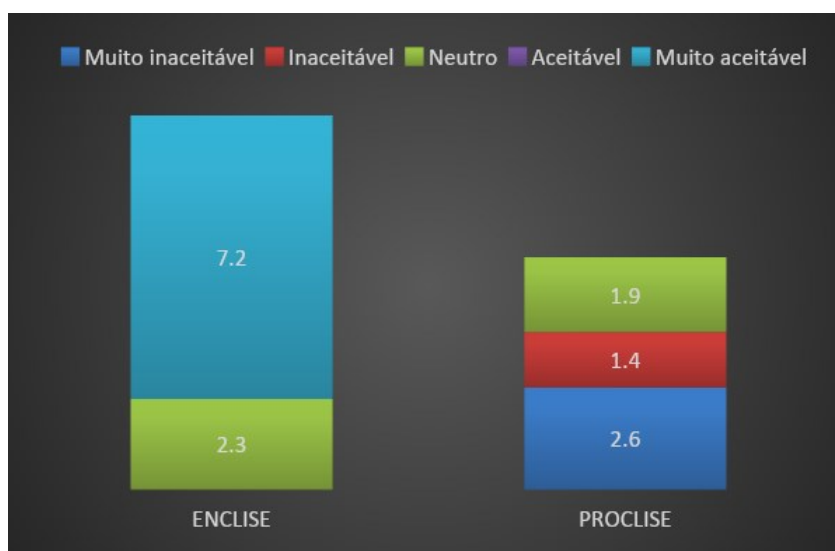
Gráfico 24 - Resultados do SE proclítico

Fonte: O autor

Assim como os resultados da ênclise, os da próclise também apontam maior preferência na interpretação passiva. No nível *muito aceitável* a passiva pontuou 52,5%, e na indeterminada 37,5%, apresentando diferença de 15%, ou seja, um diferencial menor do que o dos resultados da ênclise nesse mesmo nível. Os resultados do nível *aceitável* também aparecem semelhantes nas duas interpretações, pois a diferença é de apenas 2,9%. Tanto na ênclise quanto na próclise os resultados são inferiores, tampouco ultrapassam 25%. Os resultados dos demais níveis são mais evidentes na interpretação indeterminada.

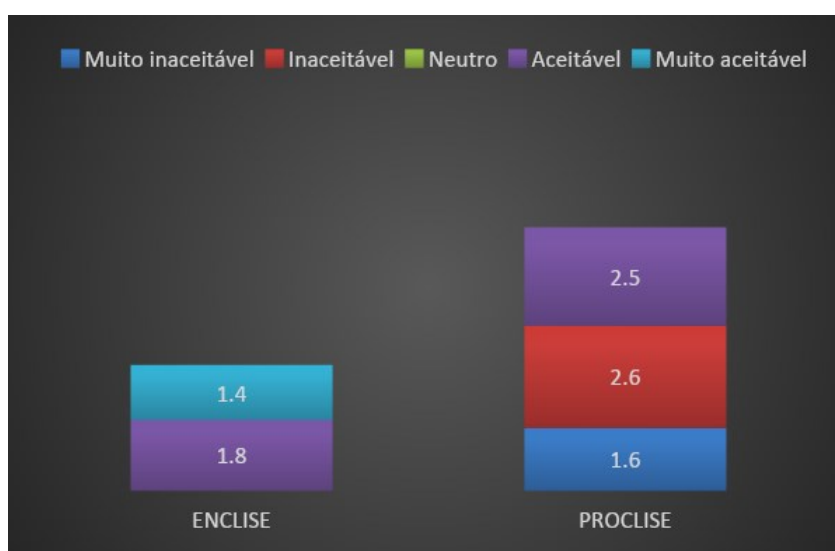
Os gráficos 25 e 26 ilustram apenas os percentuais que correspondem às diferenças entre os resultados da ênclise e da próclise, isto é, apenas um comparativo mais direto dessas divergências, uma vez que a posição pode ou não condicionar as interpretações em análise.

Gráfico 25 - Diferenças de percentuais entre a ênclise e a próclise na passiva



Fonte: O autor

Os dados do gráfico acima atestam que não há diferença significativa nos resultados das sentenças enclíticas e proclíticas, pois nota-se desigualdade mínima nos percentuais dos níveis da escala de aceitabilidade. Os percentuais com diferença, em favor da ênclise, correspondem aos níveis de aceitabilidade (contudo o percentual mais elevado sequer chega a 10%) e em favor da próclise, nos níveis que não favorecem a aceitação.

Gráfico 26 - Diferenças de percentuais entre a ênclise e a próclise na indeterminada

Fonte: O autor

Neste gráfico, ocorre o oposto do que foi visto no anterior, que corresponde aos resultados das posições na interpretação passiva, pois há mais diferença entre os percentuais da próclise. Ainda podemos observar que em ambos os gráficos a ênclise só aparece nos níveis de aceitabilidade e na passiva, com uma diferença mínima no nível de neutralidade. As diferenças apresentam percentuais insuficientes para constatarmos que essa variável condiciona a preferência por uma ou outra interpretação, uma vez que os dados se mostraram similares nos resultados da ênclise e próclise, mas, talvez, possam dar margem para a possibilidade da posição enclítica favorecer a aceitabilidade da interpretação passiva.

4.3.2 Concordância verbal

Estudos vêm apontando para o declínio da aplicação da concordância verbal no PB, e essa queda, em alguns casos, favorece o uso de alguns fenômenos linguísticos. Entretanto, a aplicação ainda continua “dominando”, sobretudo, nos contextos formais de uso da língua. Dessa forma, também condiciona alguns fenômenos da língua portuguesa no Brasil.

A tabela abaixo traz os resultados dessa variável com o objetivo de averiguar se no nosso experimento também haverá a possibilidade de uma

variante ou outra, a saber, aplicação e não aplicação favorece a aceitabilidade da interpretação passiva ou indeterminada.

Tabela 6 - Resultados por concordância

LEITURA	ESCALA	A/C	P/C
		%	%
PASSIVA	1. Muito inaceitável	5,28	5
	2. Inaceitável	5,05	4,15
	3. Neutro	14,33	10
	4. Aceitável	19,16	22,57
	5. Muito aceitável	55,55	58,72
INDETERMINADA	1. Muito inaceitável	10,8	11,65
	2. Inaceitável	16,1	11,65
	3. Neutro	10,5	14,15
	4. Aceitável	23,8	22,9
	5. Muito aceitável	39,15	37,7

Fonte: O autor

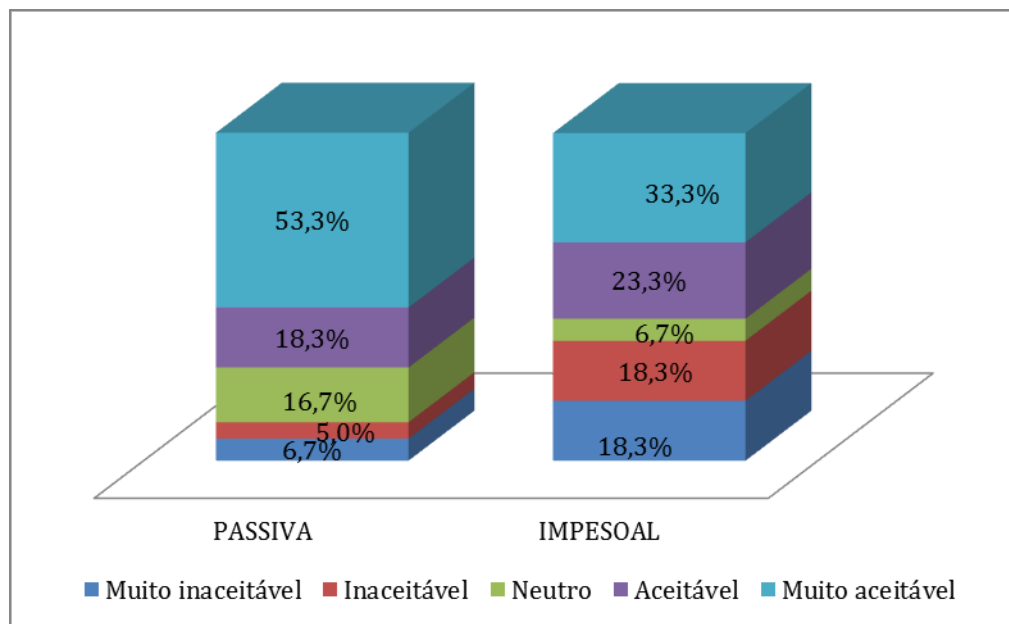
Os resultados tanto de presença quanto de ausência de concordância se mostram semelhantes nas duas interpretações e apresentam diferenças mínimas entre os dados de ausência e presença. Nota-se que, na interpretação passiva, a presença de concordância parece favorecer a aceitabilidade mais do que a ausência, pois a presença obteve 58,72% e a ausência 55,55%. Já nos resultados da indeterminada parece que é a ausência que favorece essa interpretação, pois obteve 39,15% e a presença 37,7%. Entretanto, os percentuais apresentam diferenças mínimas, logo não são suficientes para afirmar que a CV favorece uma ou outra interpretação.

Tanto as similaridades dos resultados das posições do clítico quanto os obtidos na concordância verbal podem atestar a reflexão citada dos parágrafos finais da seção 3.1, uma vez que os dois contextos analisados também apontam diferenças pouco significativas.

4.3.3 Posição do argumento

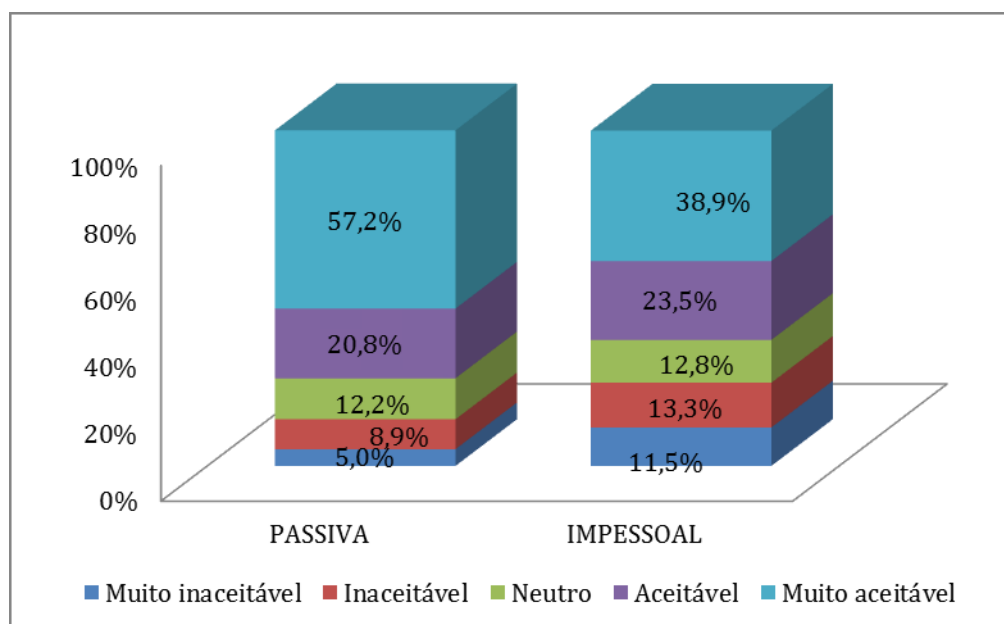
Geralmente, o argumento das construções com o SE passivador ocupa a posição pós-verbal, contudo, nas sentenças que compõem o experimento, temos casos em que o argumento ocupa a posição pré-verbal, por isso realizamos a distribuição gráfica dos resultados dessas sentenças, dividindo-os entre os gráficos 27 e 28, os quais apontam os resultados das posições pré-verbal e pós-verbal.

Gráfico 27 - Distribuição dos resultados da posição pré-verbal



Fonte: O autor

Nos dados da posição pré-verbal, é possível que a passiva seja influenciada por essa variante, pois na interpretação indeterminada temos percentuais superiores nos níveis de aceitabilidade em relação aos demais níveis. Além disso, os níveis de inaceitabilidade são mais elevados na indeterminada, assim como ocorre com os resultados da posição pós-verbal, como mostra o gráfico 28.

Gráfico 28 - Distribuição dos resultados da posição pós-verbal

Fonte: O autor

Nota-se, através desses resultados, que não há diferença significativa entre os percentuais das posições pré e pós-verbal, uma vez que nos níveis de aceitabilidade, por exemplo, os índices foram obtidos nas mesmas casas decimais. Assim como os de inaceitabilidade dos gráficos também não apresentam divergências relevantes ao ponto de inferirmos que pode favorecer uma das interpretações.

4.3.4 Escolaridade

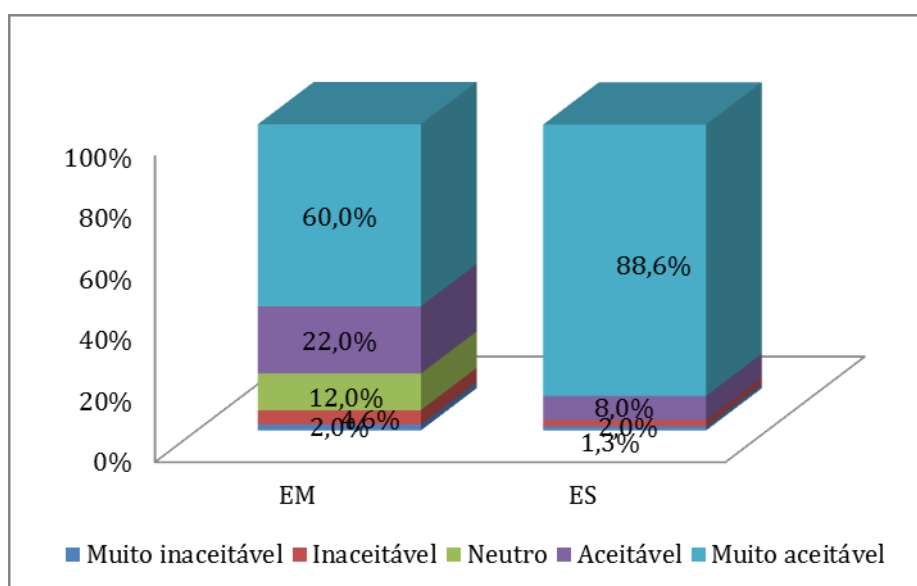
A escolaridade é uma variável de suma importância na aquisição do SE passivo e indeterminado, como aponta o estudo de Silva (2017), o qual sinaliza que a aquisição do SE foi verificada apenas após a conclusão de 12 anos de escolarização, pois não se trata de um fenômeno natural da língua, por isso exige instruções via escola. Partindo desse pressuposto, podemos inferir que os dados dos gráficos 29 e 30 podem corroborar com esses resultados, apesar de não se tratarem de aquisição estão diretamente ligados, pois para julgar tais interpretações, precisam passar pelo processo de aquisição.

O gráfico 29 apresenta os percentuais dos julgamentos dos colaboradores

do Ensino Médio, ou seja, um estágio de finalização do processo de aquisição do fenômeno, visto que os colaboradores cursavam o 3º ano.

Vejamos os resultados da graduação e comparemos aos do Ensino Médio para verificarmos as diferenças de percentuais que podem indicar o condicionamento de uma dessas variantes.

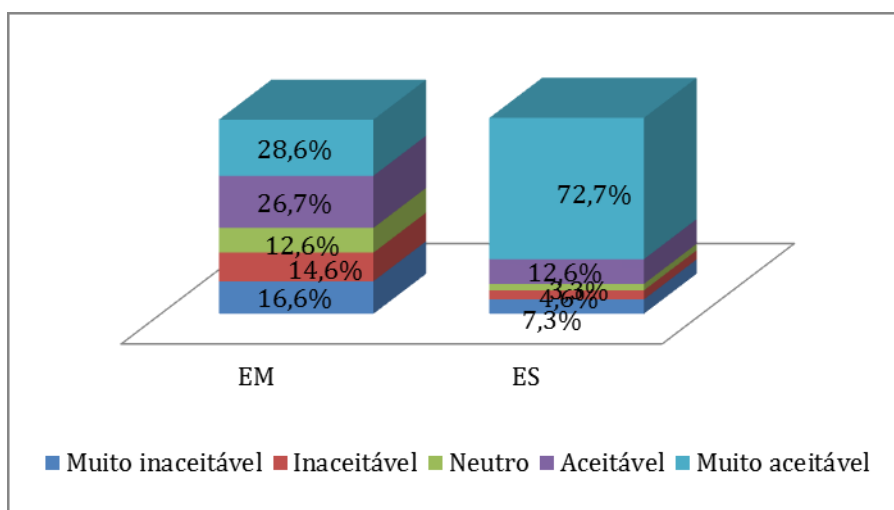
Gráfico 29 - Resultados da interpretação passiva do EM e ES



Fonte: O autor

A aceitabilidade da interpretação passiva foi julgada mais como muito aceitável em ambos os grupos. Já a aceitável, foi mais elevada no EM, com 22% contra 8% do ES. A neutralidade só aparece no EM e os níveis de inaceitabilidade são inexpressivos em ambos.

No gráfico a seguir, temos os seguintes resultados:

Gráfico 30 - Resultados da interpretação indeterminada do EM e ES

Fonte: O autor

Os percentuais do gráfico 30 apresentam resultados inferiores aos do gráfico 29. A diferença entre o nível *muito aceitável* da interpretação indeterminada é de quase 40% para a graduação, embora o nível *aceitável* seja mais evidente no EM.

Os resultados da indeterminada, em termos de percentuais, são mais significativos do que os da passiva, logo podem apontar para o possível condicionamento dessa variável no julgamento de aceitabilidade. Assim sendo, direcionam para o favorecimento via variável graduação, tanto na interpretação passiva quanto indeterminada. Nesse sentido, os resultados corroboram com os de Silva (2017), visto que a autora mostra que a escolaridade influencia na aquisição do fenômeno e, conseqüentemente, influencia o julgamento de aceitabilidade dos envolvidos.

A pesquisa de Silva (2017) mostrou que tanto o SE apassivador quanto o indeterminador são fenômenos adquiridos concomitantes, após 12 anos de escolarização. Essa constatação de Silva é pertinente para entendermos a diferença entre os resultados da aceitabilidade do EM e no ES, posto que no EM estavam passando por tal processo e no ES já haviam concluído.

Ainda nos resta uma reflexão acerca dos resultados dos gráficos 29 e 30. O que levou os resultados da aceitabilidade e muita aceitabilidade aparecerem com percentuais superiores nas duas interpretações? Apenas esse teste é insuficiente para precisar uma motivação, mas podemos inferir que, o constituinte adicionado

às interpretações impessoais, a fim de substituir ou indicar que aquela posição é de um sujeito que não podemos nomear [ALGUÉM] soaram estranhos ao falante, sobretudo aos do EM. Mesmo tendo sido explicado o porquê o alguém estaria iniciando as interpretações impessoais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho apresentamos reflexões teóricas que apontam para a possibilidade de uma interpretação ambígua nas estruturas com os SE passivo e indeterminado. Como contribuição à discussão, elaboramos e aplicamos um teste de julgamento de aceitabilidade com 15 colaboradores do Ensino Médio e 15 do curso de Música da UFPE, cujos resultados percentuais obtidos nos atestaram uma preferência, por parte dos colaboradores, pela interpretação passiva. Esse resultado responde a uma das questões que buscamos responder com esse estudo, pois em 74,3% dos casos os colaboradores julgaram a interpretação passiva *muito aceitável*, e 4,9% *aceitável*, enquanto a indeterminada foi julgada com 55,5% de muita aceitabilidade e 19,9% de aceitabilidade.

Partindo desses resultados, podemos inferir que a ideia colocada por Moreno (2003), o qual afirma que “é só nesse mundo fictício que a passiva sintética sobrevive”, deve ser mais explorada através de outros estudos que possam corroborar ou refutar sua constatação, pois os dados apresentados e discutidos neste trabalho mostram que para o falante a estrutura é aceitável, principalmente na interpretação passiva. Logo, se é não somente aceitável, mas muito aceitável, por que deveria sobreviver apenas no “mundo fictício”?

Nos resultados dos possíveis condicionantes, os percentuais identificam que a posição do clítico em relação ao verbo pode influenciar a interpretação, uma vez que os dados apontam para a possibilidade de a ênclise favorecer a aceitabilidade da passiva e a próclise a inaceitabilidade da impessoal. Já no que concerne à concordância verbal (CV), as diferenças entre os percentuais das interpretações foram mínimas, conseqüentemente, não são suficientes para afirmarmos que a CV pode favorecer as interpretações. A nível de escolaridade, constatamos que, como esperado, o curso de Música apresentou resultados mais elevados tanto na interpretação passiva quanto na indeterminada, corroborando com Silva (2017) que afirma que a escolaridade influencia na aquisição dos fenômenos.

Em resumo, se a interpretação passiva em construções com o SE apassivador mostrou aceitabilidade superior à interpretação indeterminada, acredita-se que, diferente do que alguns estudos sugeriram, o fenômeno não parece estar perdendo terreno no português. Contudo, faz-se necessário uma

investigação e aplicação de outros testes de aceitabilidade com ampliação de dados, com outros grupos de falantes e outras variedades do português para que possam comprovar ou refutar nossos resultados.

Ademais, sinalizamos a relevância desse estudo para a comunidade linguística e para a língua como um todo, visto que trouxe um viés de investigação inovador. Esperamos que seja apenas a ponta inicial de um grande novelo aguardando para ser tecido. Que possamos explorar melhor os fenômenos da língua a partir do falante, pois não há ninguém melhor para “dizer” se determinado fenômeno está ou não em processo de mudança, variação ou desuso.

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, M. B.; GALVES, C. M. C. **Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica.** In: CASTILHO, A. T. de; BASÍLIO, M. Gramática do português falado, vol IV - Estudos descritivos. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 267-312.
- AGUIAR, Martins de. **Notas e estudos de português.** Fortaleza: Empresa Editora Fortaleza, 1942.
- ANTONELLI, André Luis. **O clítico se e a variação ênclise/próclise do português médio português europeu moderno.** (Dissertação de mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, 2007.
- ARAÚJO JR, Benivaldo José. **Limites precisos ou fronteiras que desaparecem? As construções impessoais e passivas com o clítico SE/SE no português brasileiro e no espanhol.** Ed. 1. São Paulo: ABH, 2014.
- BECHARA, Evanildo, 1928- **Moderna gramática portuguesa/** Evanildo Bechara. Ed. 37 Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BELLETTI, A. The case of unaccusatives. *Linguistic Inquiry*, 19, 1988, pp1-34.
- BRITO, D, B. Estratégias de reflexivização entre línguas. In: SEDRINS, A, P. (org.) et al. (org.) **Por amor a linguística: Miscelânea de estudos linguísticos dedicado á Maria Denilda Moura-** Maceió: EDUFAL. 2012.
- CÂMARA, JR. J.M. **The Portuguese Language.** Chicago and London. The University of Chicago Press, 1972.
- CAMARA, Enildo. **História do Recife: Do surgimento aos dias atuais. 2015.** Disponível em: <https://visitarecife.com.br/historia-do-recife/>. Acesso: 20 de junho de 2019.
- CARNEIRO, Z. GALVES, C. **Variação e Gramática: colocação de clíticos na história do português.** Unicamp, 2010.
- CINQUE, G. (1988) **On si constructions and the theory of ARB.** *Linguistic Inquiry* 19, pp. 521-581.
- CIPRO NETO, Pasquale e INFANTE, Ulisses. **Gramática da língua portuguesa.** São Paulo: Scipione, 2003.
- CUNHA, Celso, 1917 – 1989. **Nova gramática do português contemporâneo /** Celso Cunha, Luís F. Lindley Cintra. 3. Ed - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- CHOMSKY, Noan. **Remarks on Nominalizatio.** In: Jacob, R; Rosenbaum, p.s. (eds). *Readings in English Transformational Grammar.* Waltham: Ginn, 1970.

CHOMSKY, Noan. **Knowledge of language: Its nature, origin and use.** New York: Praeger. 1986.

DUARTE, M. E. L; KATO, M. A; BARBOSA, P. **Sujeitos indeterminados em PE e PB.** Boletim da ABRALIN, 2001, v. 26 - Nº Especial - I.

FACHIN, Odilia **Fundamentos de Metodologia**/Odilia Fachin 5. ed [ver.] São Paulo, Saraiva: 2005.

FERRARI NETO. O minimalismo: conceitos-chave. In: Ferrari Neto José & Silva, Cláudia Tavares (orgs). **Programa minimalista em foco: princípios e debates.** 1. Ed. Curitiba-PN, 2012.

FALTZ, L. **Reflexivization: a Study in Universal Grammar.** New York: Garland, 1985.

GALVES, C. Aluga-(se) casas: in problema de sintaxe portuguesa na teoria de regência e vinculação. Campinas 1986.

GALVES, C. Ensaio sobre as gramáticas do português. Campinas: Editora da UNICAMP. 2001.

GALVES, C.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. **clitic placement and the position of the subjects in the history of portuguese.** In: Romance Languages and Linguistics Theory, 2003, T. Geerts, I Van Ginneken & H. Jacobs (orgs). Selected Papers from 'Going Romance', 2003, John Benjamins, 2005, p. 93-107.

GUILERME, Maurício Rubens Carvalho. **A relação entre a colocação dos clíticos e o parâmetro pro-drop no português brasileiro.** Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte, MG. 2012.

KURY, Adriano da Gama. Novas lições de análise sintática. São Paulo: Ática, 1973.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M, A. **Fundamentos de metodologia científica 1** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LAWALL, F, Raquel. **O Processamento do Clítico SE Incoativo e Tético em Espanhol como L1 e como L2.** (Tese de Doutorado) UFRJ. 2014.

LUCCHESI, D. **Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro.** Revista da ABRALIN, v. 5, n. 1 e 2, p. 83-112, dez. 2006.

LULF, C.P. Gramática Resumida. PortomAlegre: Globo, 1976.

MARTINS, Marco Antônio. **Sobre o se indeterminador no português do brasil: uma proposta morfológica.** Working Papers em linguística, UFSC, n.7, 2003.

MELO, E. S. Construções com se: evidencias da emergência de gramática do Português Brasileiro. Dissertação de Mestrado. UFRJ. 2012.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria C. F.; LOPES, Ruth E. V. **Novo manual de sintaxe**. 1. ed., 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

MIOTO, Carlos. **Sintaxe do português**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2009.

MORAES, Fernanda Beatriz. **Os Usos do Clítico ‘Se’ em Artigos Científicos: mecanismos de indeterminadaização na escrita acadêmica**. SIGNUM: Estud. Ling., Londrina, n. 20/1, p. 241-275, abr. 2017.

NARO, A. J.; LEMLE, M. **Syntactic diffusion**. In: **Parasession on Diachronic Syntax, 1976, Chicago**. Papers from the Parasession on Diachronic Syntax. Chicago: Chicago Linguistic Society. p. 221-240. 1976.

NUNES, J. **O Famigerado “Se”: uma Análise Sincrônica e Diacrônica das Construções com “Se” Apassivador e Indeterminador**. (Dissertação de Mestrado) UNICAMP: 1990.

OLIVEIRA, C, S, F; SÁ, T, M, M. **Métodos off-line em psicolinguística: julgamento de aceitabilidade**. ReVeLe - nº 5 - maio/2013.

PERINI, M. A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RAPOSO, E; URIAGEREKA, J. **Indefinite SE**. Nat Lang Linguist Theory **14**, 749-810. 1996.

ROCHA, L, H, P. SOUZA, M, S. **Formas e função: a indeterminação do sujeito em sala de aula**. *Cadernos do CNLF*, Vol. XVI, Nº 04, t. 1 – *Anais do XVI CNLF*.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

RUBIO, F, Cássio. **Regularidades no fenômeno da concordância verbal em variedades do português brasileiro: estudo sociolinguístico comparativo**. ESTUDOS LINGUÍSTICOS, São Paulo, 39 (2): p. 602-616, mai.-ago. 2010.

SARMENTO, Leila Lauer **Gramática em textos/** Leila Lauer Sarmiento. 2. Ed. Ver. São Paulo: Moderna, 2005.

SEDRINS, Adelson Pinheiro; SIBALDO, Marcelo Amorim. Estrutura de constituintes. In: Ferrari Neto José & Silva, Cláudia Tavares (orgs). **Programa minimalista em foco: princípios e debates**. 1. Ed. Curitiba-PN, 2012.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. **A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do Estado da Bahia**. Tese de Doutorado. 2005.

SILVA, Lara Ribeiro. **As diferenças entre o que se fala e o que se escreve no português do Brasil: a aquisição do clítico se indeterminador e apassivador**. 2017.

SCHERRE, M. M. P. & NARO, A. J. **Sobre a concordância de número no português falado do Brasil**. In Ruffino, Giovanni (org.) *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística*. 1998.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se Lindos Filhotes de Poodle: Variação Linguística, Mídia e Preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SCHUTZE, Carson T. **The Empirical Base of Linguistics: Grammaticality Judgments and Linguistic Methodology**. Chicago: University Of Chicago Press 1996.

VANZING, Alceu. **Voz passiva sindética: uma estrutura contestada**. Revista Virtual de Estudos de Gramática e Linguística do Curso de Letras da Faculdade de Tecnologia IPUC – FATIPUC. Canoas-RS. Disponível em:
<https://linguanostra.ipuc.edu.br/index.php/Linguanostra/article/view/25/0>

VASCONCELOS, Sofia Isabel Vieira. **O clítico SE: entre a norma e a variação**. Dissertação de mestrado-FCSH. Lisboa: 2013.

SILVIEIRA, Gissilene. **O comportamento sintático dos clíticos no português brasileiro**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina. 1997.

VITRAL, L. A. A evolução do se reflexivo em português na perspectiva da gramaticalização. In: Tânia Lobo et al. (Org). **Para a história do português brasileiro**. vol. VI: Novos dados, novas análises, tomo I. Salvador: EDUFBA, 2010.

APÊNDICE A – TESTE DE ACEITABILIDADE

Teste de aceitabilidade

Em todas as sentenças há duas possibilidades de interpretação. Você deve PRIMEIRAMENTE observar a sentença matriz. Em seguida, nas interpretações A e B marque na escala o número que esteja de acordo com sua aceitabilidade da sentença já interpretada.

LEGENDA DA ESCALA:

- 1- Muito inaceitável
- 2- Inaceitável
- 3- Neutro
- 4- Aceitável
- 5- Muito aceitável

*Obrigatório

Nome do participante: *

1. Antes produzia-se 250 mil litros de leite por dia.

a) Antes [eram produzidos] 250 mil litros de leite por dia, hoje já produz 180 mil litros por dia.*

1 2 3 4 5

b) Antes [alguma indústria] produzia 250 mil litros de leite por dia, hoje já produz 180 mil litros por dia.*

1 2 3 4 5

2. Laura pediu a vitória para sair.

a) Laura pediu para [a Vitoria] sair.

1 2 3 4 5

b) Laura pediu [permissão] a Vitória para sair.

1 2 3 4 5

3. Ainda se encontra rosas, alfazema, tuberosas e laranjeiras nos jardins da cidade.

a) Ainda [são encontradas] rosas, alfazema, tuberosas e laranjeiras nos jardins da cidade.*

1 2 3 4 5

b) Ainda [encontramos] rosas, alfazema, tuberosas e laranjeiras nos jardins da cidade.*

1 2 3 4 5

4. O menino abusado respondeu mal ao avô.

a) O menino [é] abusado respondeu mal ao avô.*

1 2 3 4 5

b) O menino [estava] abusado respondeu mal ao avô.*

1 2 3 4 5

5. Este quadro da balança comercial do complexo não é muito alentador quando se efetua considerações de ordem macroeconômica.

Este quadro da balança comercial do complexo não é muito alentador quando [são efetuadas] considerações de ordem macroeconômica.*

1 2 3 4 5

b) Este quadro da balança comercial do complexo não é muito alentador quando [alguém] efetua considerações de ordem macroeconômica.*

1 2 3 4 5

6. O atleta viu a moça correndo na praça.

a) O atleta [corria] na praça quando viu a moça.*

1 2 3 4 5

b) O atleta viu a moça [que estava] correndo na praça.*

1 2 3 4 5

7. Como a frota nacional diminuiu, assim como o déficit, é de admitir que as

percentagens da contribuição negativa dos fretes marítimos se mantenha.

a) Como a frota nacional diminuiu, assim como o déficit, é de admitir que as percentagens da contribuição negativa dos fretes marítimos [sejam mantidos].*

1 2 3 4 5

b) Como a frota nacional diminuiu, assim como o déficit, é de admitir que [alguém] mantenha as percentagens da contribuição negativa dos fretes marítimos. *

1 2 3 4 5

8. Ontem vi o incêndio do shopping.

a) Ontem vi o incêndio [que aconteceu no] shopping.*

1 2 3 4 5

b) Ontem vi o incêndio [que aconteceu fora] do shopping.*

1 2 3 4 5

9. Escova-se cabelo a domicílio.

a) Cabelos [são escovados] a domicílio.*

1 2 3 4 5

b) [Alguém] escova cabelos a domicílio.*

1 2 3 4 5

10. A turma aplaudiu a professora entusiasmada.

a) A turma aplaudiu a professora [que estava] entusiasmada.*

1 2 3 4 5

b) A turma [que estava] entusiasmada aplaudiu a professora.

1 2 3 4 5

11. Fatos como estes podem ajudar a compreender o elevado consumo de bebidas alcoólicas e a fama de grandes beberrões que desde sempre se atribui aos russos.

a) Fatos como estes podem ajudar a compreender o elevado consumo de bebidas alcoólicas e a fama de grandes beberrões que desde sempre [é atribuída] aos russos.*

1 2 3 4 5

b) Fatos como estes podem ajudar a compreender o elevado consumo de bebidas alcoólicas e a fama de grandes beberrões que desde sempre [alguém] atribui aos russos.*

1 2 3 4 5

12. O homem matou sua mãe a pauladas.

a) O homem matou sua [própria] mãe a pauladas.*

1 2 3 4 5

b) O homem matou a mãe [de outro] a pauladas*

1 2 3 4 5

13. Correu então a notícia de que os Trovantes se iriam desmembrar, anunciando-se o fim de todo um capítulo na música popular portuguesa.

Correu então a notícia de que os Trovantes se iriam desmembrar, [sendo anunciado] o fim de todo um capítulo na música popular portuguesa. *

1 2 3 4 5

b) Correu então a notícia de que os Trovantes se iriam desmembrar, [alguém] anunciando o fim de todo um capítulo na música popular portuguesa. *

1 2 3 4 5

14. Jorge entrou na sala de muletas.

a) Jorge entrou na sala [usando] muletas.*

1 2 3 4 5

b) Jorge entrou na sala [que ficam as] muletas.*

1 2 3 4 5

15. Pouparam-se tostões para a viagem.

a) Tostões são poupados para a viagem.*

1 2 3 4 5

b) [Alguém] poupa tostões para a viagem.*

1 2 3 4 5

16. A professora falou com a turma sobre suas dificuldades.

a) A professora falou com a turma sobre suas [próprias] dificuldades.*

1 2 3 4 5

b) A professora falou com a turma sobre as dificuldades [da turma].*

1 2 3 4 5

17. Entrega-se buquês de segunda a sexta.

a) Buquês [são entregues] de segunda a sexta.*

1 2 3 4 5

b) [Alguém] entrega buquês de segunda a sexta.*

1 2 3 4 5

18. O advogado disse ao réu que suas palavras convenceria o juiz.

a) O advogado disse ao réu que as palavras [do réu] convenceria o juiz.*

1 2 3 4 5

b) O advogado disse ao réu que as palavras [do advogado] convenceria o juiz.*

1 2 3 4 5

19. Desenvolve-se o conteúdo de forma prática e rápida.

O conteúdo [é desenvolvido] de forma prática e rápida.

1 2 3 4 5

b) [Alguém] desenvolve o conteúdo de forma prática e rápida.*

1 2 3 4 5

20. Proibido entrar na sala de bonés.

a) Proibido entrar na sala [usando] bonés.*

1 2 3 4 5

b) Proibido entrar na sala [que ficam os] bonés.*

1 2 3 4 5



Disponível em :

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfvYe8wBNLleQD0xn8Dnl-jv88BukWdnZykpjbYb7UDLQPOtg/viewform?usp=sf_link